



CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA – 1ª REGIÃO/RJ

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2024

Rio de Janeiro - 2024



RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2024

Relatório de Gestão do Exercício de 2024 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da DN TCU 198/2022.

Rio de Janeiro – 2024



Lista de Siglas e Abreviações:

CORECON – Conselho Regional de Economia
COFECON – Conselho Federal de Economia
SEREG – Secretaria de Registro
CED – Centro de Estudos para o Desenvolvimento
ANPEC – Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia
ART – Anotação de Responsabilidade Técnica
CAT – Certidão de Acervo Técnico
LTN – Letra do Tesouro Nacional
AEALC – Associação dos Economistas da América Latina e Caribe
PF – Pessoa Física
PJ – Pessoa Jurídica
ANGE – Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Ciências Econômicas
CTC – Comissão de Tomada de Contas
UPC – Unidade Prestadora de Contas

Lista de tabelas

Tabela 1: Identificação da Entidade	9
Tabela 2: Estrutura Organizacional	10
Tabela 3: Total gasto com diárias.....	26
Tabela 4: Comparativo de Receitas 2023-2024.....	44
Tabela 5: Comparativo de Despesas 2023-2024	45
Tabela 6: Resultados da área fim	46
Tabela 7: Demonstração da Força de Trabalho	47
Tabela 8: Qualificação da Força de Trabalho	49
Tabela 9: Quantidade de Empregados por Nível de Escolaridade	50
Tabela 10 Terceirização de mão de obra	50
Tabela 11: Despesas com Pessoal	50
Tabela 12: Contratos terceirizados	51
Tabela 13: Transferência de recursos	53
Tabela 14: Balanço financeiro	54
Tabela 15: Demonstrativo das Variações Patrimoniais	55
Tabela 16: Balanço Patrimonial	56
Tabela 17: Balanço Orçamentário	57

Lista de Figuras

Figura 1: Organograma.....	11
Figura 2: Modelo de Negócios.....	13



Sumário:

Apresentação	6
1 – Mensagem do dirigente máximo da unidade	7
2 – Visão geral organizacional e ambiente externo	9
3- Riscos, Oportunidades e Perspectivas	14
4 – Governança, Estratégia e Desempenho	14
5 – Descrição das estruturas de governança	20
6 – Resultados e Desempenho da Gestão:	26
7- Alocação de recursos e áreas especiais de gestão	42
8- Demonstrações contábeis	54
9- Outras informações relevantes	57
Anexos e apêndices	59



Apresentação

Neste relatório, serão apresentados os resultados de todas as ações promovidas pelo Corecon-RJ em 2024, em conformidade com a legislação em vigor. Os projetos desenvolvidos em 2024 foram divididos em 5 áreas: Projeto 1 – Valorização da profissão; Projeto 2 – Intensificação da ação fiscalizadora; Projeto 3 – Aprimoramento da estrutura administrativa; Projeto 4 – Potencialização da capacidade financeira; Projeto 5 – Fortalecimento da imagem institucional. Cada um desses projetos reúne um conjunto de ações que foram desempenhadas por cada Secretaria da Autarquia.

A estrutura do relatório foi dividido da seguinte forma:

- 1 - Mensagem da dirigente máxima da unidade
 - 2 - Visão geral organizacional e ambiente externo
 - 3 - Riscos, Oportunidades e Perspectivas
 - 4 - Governança, Estratégia e Desempenho
 - 5 - Descrição das estruturas de governança
 - 6 - Resultados e Desempenho da Gestão:
 - 7 - Alocação de recursos e áreas especiais de gestão
 - 8 - Demonstrações contábeis
 - 9 - Outras informações relevantes
- Anexos e apêndices

1 – Mensagem do dirigente máximo da unidade

Finalizado o exercício de 2024, o Corecon-RJ apresenta suas realizações no cumprimento de sua missão institucional, que é a fiscalização do exercício da profissão de economista bem como buscar fortalecer o exercício da profissão de Economista, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro. Dentre as principais linhas de atuação da fiscalização, podemos destacar:

- Fiscalização de exercício profissional: Em 2024, foram abertos 103, sendo 43 de pessoas físicas e 60 para pessoa jurídica.
- Processos ético-profissionais: Apenas 2 processos éticos em andamento.
- Emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) e Certidão de Acervo Técnico (CAT): Foram emitidas 91 ARTS, 35 para pessoas físicas e 56 para pessoas jurídicas, e 4 CATS, todas para pessoas físicas.

O Corecon-RJ realizou e apoiou atividades que buscaram contribuir para o debate econômico, através da disseminação da técnica e do conhecimento econômico. O principal evento foi realizado no dia 21 de agosto, em comemoração ao Dia do Economista, onde o Corecon-RJ promoveu a homenagem a economista Maria da Conceição Tavares com a palestra da Prof. Hildete Pereira Melo; lançamento do livro "Economia para Transformação Social – Pequeno Manual para Mudar o Mundo", de Juliane Furno; Lançamento do Jornal Gazetinha da Guanabara; Entrega do Prêmio de Monografia Celso Furtado; e homenagem ao Prof. Antonio Carlos Assumpção.

Podemos destacar ainda outros eventos realizados no auditório do Corecon-RJ em 2024:

- 02 de fevereiro: Lançamento do livro “Lenin: um Século Depois”, promovido pela Fundação Maurício Grabois;
- 08 de abril: Lançamento do livro "Direito à Cidade no Rio de Janeiro"
- 27 de novembro: Lançamento da Cartilha Raça e Orçamento, promovido pela Fundação Maurício Grabois ;
- 09 de dezembro: Entrega do Prêmio Nelson Le Cocq.

O Corecon-RJ apoiou a divulgação do projeto "Cerveja, Economia e Democracia", promovido pela Associação Brasileira de Economistas pela Democracia – ABED, que consiste em uma série de encontros mensais que visam gerar oportunidades de conscientização pública sobre a importância do desenvolvimento sustentável e inclusivo, bem como da democracia na economia.

Além dos eventos presenciais, no dia 17 de setembro foi realizado debate virtual com transmissão ao vivo pelo canal do Corecon-RJ no Youtube: “Royalties do petróleo e gás e financiamento do desenvolvimento local sustentável” com a presença de Paula Alexandra Nazareth e Clician do Couto Oliveira;



O Corecon-RJ tem apoiado financeiramente eventos promovidos por entidades que buscam o debate e a solução de problemas ligados à economia e à sociedade Brasileira, bem como Associações ligadas à Economia. Podem ser destacados: 5th International Workshop on Demand-Led Growth: Capital Flows and External Constraints" | Centro Celso Furtado & IE/UFRJ; XXXII ENCONTRO DE ENTIDADES DO NORDESTE; XVII ENCONTRO DA AKB - Associação Keynesiana Brasileira; XXIX CONGRSSO DA ANGE - Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Ciências; XLVII ENECO - Encontro Nacional de Estudantes de Economia; XII Semana de Economia do Curso de Ciências Econômicas - UFF Campos; III Semana de Economia da UFF – Niterói; e Prêmio Nelson Le Cocq.

Os objetivos traçados para o exercício de 2024 foram concluídos em parte ou, em alguns casos, estão em andamento. Destacamos que a situação financeira do Corecon-RJ encontra-se equilibrada.

Antonio dos Santos Magalhães
Presidente

2 – Visão geral organizacional e ambiente externo

2.1 – Identificação da UPC e declaração da sua missão e visão:

Tabela 1: Identificação da Entidade

Identificação da Entidade	
Denominação Completa: Conselho Regional de Economia - 1a Região/RJ	
Denominação Abreviada: Corecon-RJ	
Natureza Jurídica: Autarquia Federal	CNPJ: 29.168.010/0001-12
Principal Atividade: Fiscalização Profissional	Código CNAE: 84.11-6
Telefone: 21-2103-0178 FAX: 21-2103-0106	
Endereço Eletrônico: corecon-rj@corecon-rj.org.br	
Página na Internet: www.corecon-rj.org.br	
Endereço Postal: Av. Rio Branco, n.º 109, 19º andar. Centro. Rio de Janeiro/RJ. CEP: 20.040-004	

2.1.1 – Finalidade e Competências Institucionais:

Fiscalização do exercício da profissão de economista e registro de pessoas jurídicas e físicas no estado do Rio de Janeiro.

2.1.2 – Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade:

- Normas de criação: Leis 1.411/51; 6.021/74; 6.206/75; 6.537/78; 6.839/80; 12.514/11. Decreto 31.794/52;
- Consolidação da legislação profissional do Economista editada pelo Conselho Federal de Economia;
- Regimento Interno do Conselho Regional de Economia da 1ª. Região – RJ;
- Resoluções Corecon-RJ n.º 01/2024 (Renovação do Terço do Plenário), n.º 02/2024 (Eleição do Presidente e Vice-Presidente), n.º 03/2024 (Designação da Comissão de Tomada de Contas), n.º 04/2024 (Designação da Comissão de Licitação) e n.º 05/2024 (Designação dos responsáveis pela movimentação financeira e assinatura de cheques).
- Composição acionária do capital social e participação em outras sociedades: Não se aplica

2.1.3 – Breve Histórico da Entidade:

O Conselho Regional de Economia da 1ª Região é uma Autarquia Federal, dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira, instituída pela Lei n.º 1.411, de 13 de agosto de 1951; regulamentada pelo Decreto n.º

31.794, de 17 de novembro de 1952; com alterações dadas pelas Leis n.ºs 6.021, de 03 de janeiro de 1974 e 6.537, de 19 de junho de 1978. O Corecon do Estado do Rio de Janeiro, por ser o regional mais antigo é denominado como "1ª Região".

2.2 – Estrutura Organizacional

Tabela 2: Estrutura Organizacional

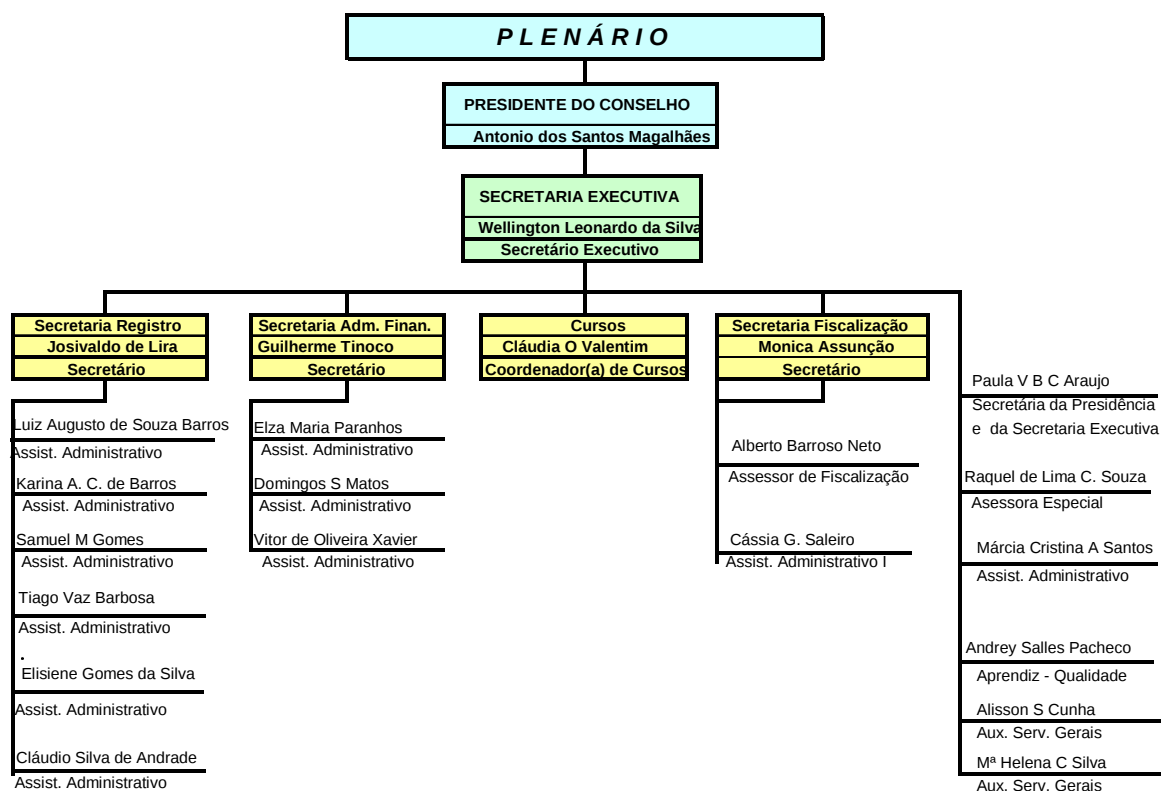
Áreas Estratégicas	Competência	Titular	Cargo	Período de atuação
Plenário	Instância deliberativa máxima da Autarquia, integrado por 09 (nove) conselheiros efetivos, substituíveis por suplentes em igual número, todos eleitos em conformidade com as disposições legais e infra legais mencionadas no subitem 1.2, responsável pela definição das macro ações a serem implementadas pelas Secretarias do Conselho	Não há titular para esta área	Conselheiro	Janeiro a Dezembro de 2024
Presidência	Órgão responsável pelo macro gerenciamento da Autarquia e acompanhamento da execução das ações definidas pelo Plenário, em função das competências jurídicas da Autarquia.	Antonio dos Santos Magalhães	Presidente	Janeiro a Dezembro de 2024
Secretaria Executiva	Órgão executivo encarregado de coordenar a ação de todas as demais secretarias na execução das atividades definidas pelo Plenário e pela Presidência da Autarquia.	Wellington Leonardo da Silva	Secretário Executivo	Janeiro a Dezembro de 2024
Secretaria de Administração e Finanças	Encarregada de coordenar, orientar e supervisionar a execução das atividades vinculadas à gerência financeira, gestão de pessoal, compras, contas a pagar e conservação e controle dos bens patrimoniais.	Guilherme Tinoco Oliveira dos Anjos	Secretário de Adm. e Finanças	Janeiro a Dezembro de 2024
Secretaria de Fiscalização	Encarregada de efetuar a fiscalização do exercício profissional das pessoas físicas e jurídicas que operam no campo da ciência econômica, monitorar a obediência à legislação profissional pelos economistas,	Monica Assunção Silva	Secretária de Fiscalização	Janeiro a Dezembro de 2024

	empresas, promotores de concursos públicos e da condução técnica dos processos de ética.			
Secretaria de Registro	Encarregada de efetuar os registros das pessoas físicas e jurídicas, da cobrança administrativa e jurídica das anuidades devidas pelos registrados e de suas relações institucionais com a Autarquia.	Josivaldo de Lira	Secretário de Registro	Janeiro a Dezembro de 2024
Secretaria de Cursos	Encarregada de prospectar e coordenar a execução de cursos de aperfeiçoamento profissional para os economistas e alunos de economia.	Claudia Oliveira Colares Valentim	Coordenadora de Cursos	Janeiro a Dezembro de 2024

Figura 1: Organograma

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - RIO DE JANEIRO

ORGANOGRAMA COMPLETO - 2024





2.3 - Ambiente externo

Apesar da melhora dos índices de desemprego no Rio de Janeiro, muitos economistas solicitaram cancelamento ou suspensão de registro em função do desemprego, além daqueles que continuam na situação de ativos e inadimplentes. A crise econômica que ainda assola o Estado do Rio de Janeiro, aprofundada pela pandemia do novo coronavírus Covid-19, atingiu economistas, empresas e consultorias do ramo financeiro, elevando o número de cancelamentos de registros neste Regional.

2.4 - Modelo de Negócios

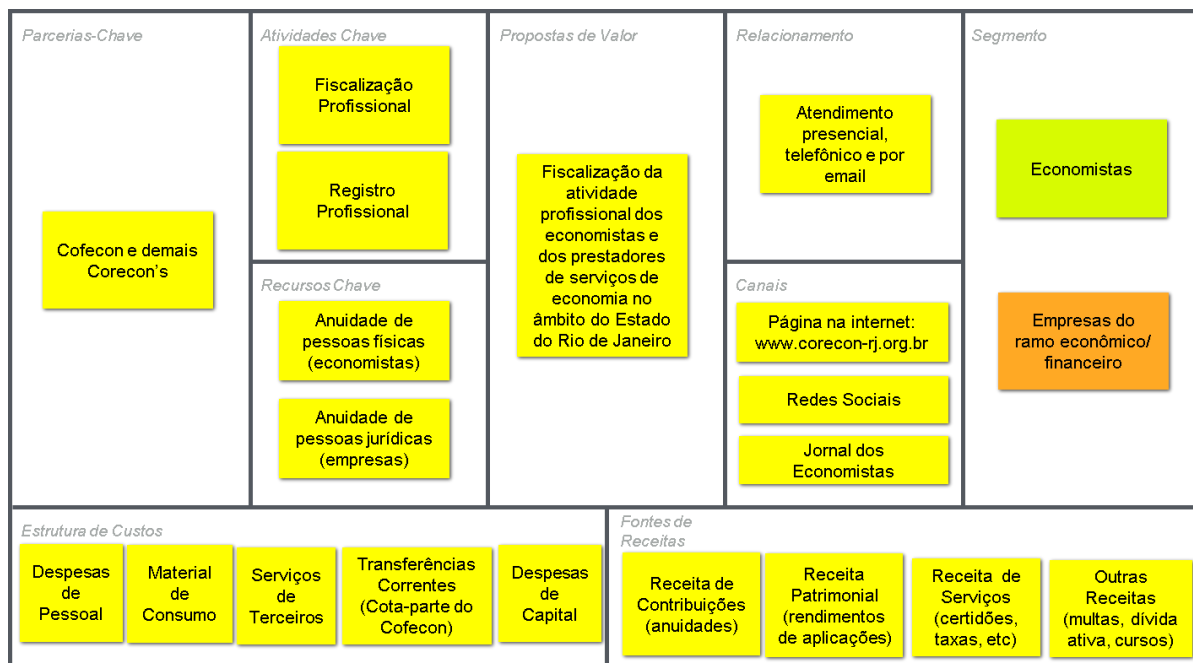
Conforme previsto na Lei nº 1.411 de 1951, que dispõe sobre a profissão de economista, o Corecon-RJ possui as seguintes fontes de recursos:

Art 11. Constitui renda dos C.R.E.P:

- a) 4/5 das multas aplicadas;*
- b) 4/5 da anuidade prevista no artigo 17;*
- c) 4/5 da taxa de registro facultativo de qualquer contrato, parecer ou documento profissional, a ser fixada no regimento interno do C.F.E.P;*
- d) doações e legados;*
- e) subvenções dos governos.*

Das fontes de recursos previstas em lei, as anuidades correntes de economistas e empresas registrados são as que compõem a maior parte das receitas do Corecon-RJ. As demais fontes de recursos são multas arrecadadas pelo exercício ilegal da profissão; rendimentos de aplicações financeiras (títulos públicos federais); emissão de carteiras e certidões; dívida ativa (anuidades em atraso) e receitas diversas (cursos e outros). Vinte por cento das receitas previstas em lei são repassadas ao Conselho Federal de Economia, que é o órgão responsável pela elaboração de normas e diretrizes para os conselhos regionais de economia. O modelo de negócios está ilustrado na Figura 2.

Figura 2: Modelo de Negócios



2.5 - Canais de acesso do cidadão:

O Corecon-RJ possui uma página na internet (www.corecon-rj.org.br) onde constam todas as informações relevantes às pessoas físicas e jurídicas registradas e ao público em geral. Entre os tópicos disponíveis na página, podemos destacar:

- Formalidades para o registro de pessoa física e jurídica: informações, formulários, documentação, etc;
- Jornal dos Economistas: versão em pdf de todas as edições do jornal a partir de 2001;
- Podcast “Entre Celsos e Marias”: Entrevistas e debates semanais sobre diversos temas da ciência econômica;
- Fiscalização: registro das ações da Secretaria de Fiscalização, espaço para apresentação de denúncias, emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica e Certidão de Acervo Técnico, etc;
- Legislação: leis, decretos e resoluções que regulamentam o exercício da profissão e as atividades do Corecon-RJ;
- Acesso a Informação: informações contábeis e financeiras dos últimos 5 anos e outras informações de gestão;

A página do Corecon-RJ conta ainda com diversos artigos, livros digitais, vídeos, convênios e informações sobre eventos promovidos por esta autarquia.

Em relação às formas de contato, a página do Corecon-RJ disponibiliza todos os telefones e e-mails dos responsáveis por cada secretaria ou setor.



Além da página na internet, o Corecon-RJ possui ainda contas nas redes sociais Facebook, Instagram e Twitter; e perfis nas plataformas de vídeo Youtube e Tik Tok.

3- Riscos, Oportunidades e Perspectivas

3.1 – Cobrança de anuidades:

Responsável por mais da metade das receitas, a cobrança de anuidades correntes é a principal fonte de recursos do Corecon-RJ. Portanto, qualquer variação no índice de inadimplência de pessoas físicas e jurídicas, assim como o fluxo de novos registros e cancelamentos, impacta diretamente nas finanças da autarquia. De forma a mitigar a inadimplência, o Corecon-RJ possui um controle sistemático em relação à cobrança de anuidades vigentes e passadas, fazendo recobranças periódicas de inadimplentes. Ainda assim, perdurando a inadimplência, o Corecon-RJ faz anualmente inscrições em dívida ativa e execução fiscal.

3.2 – Legislação

Quanto a obediência às leis e regulamentos, o Corecon-RJ segue às determinações do Tribunal de Contas da União, do Conselho Federal de Economia e às leis que regem a Administração Pública, em especial as Leis 4320/63 e 14133/21 e suas alterações. O Corecon-RJ conta com uma Assessoria Jurídica externa para auxiliar em quaisquer demandas de natureza jurídica.

3.3 – Gestão de Pessoal:

Conforme determinação do TCU e STF, o Corecon-RJ adota a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT como regime de trabalho e realiza concursos públicos para a contratação de pessoal. Para dar conta de eventuais ações de cunho trabalhista, o Corecon-RJ possui Assessoria Jurídica especializada em direito do trabalho.

3.4 – Aplicações financeiras:

O Corecon-RJ segue as determinações do TCU quanto a aplicação financeira. Os recursos estão aplicados em títulos públicos, eliminando qualquer risco de perdas com investimentos (Acórdão TCU 03/2003– Ata 01/2003 – Plenário; Acórdão TCU 120/2003 - Ata 05/2003 – Plenário). Em 2024, os recursos foram mantidos no fundo BB Setor Público Diferenciado, que possui maior liquidez e é lastreado em títulos públicos.

4 – Governança, Estratégia e Desempenho

4.1– Principais objetivos estratégicos, com especificação de planos para implementar as prioridades estratégicas da gestão

O Programa de Trabalho do Conselho Regional de Economia do Estado do Rio de Janeiro para o exercício de 2024 teve como fio condutor a linha de planejamento estratégico, iniciado há 22 anos na Autarquia, destinado a promover a modernização dos instrumentos de gestão da entidade, de forma a capacitá-la para o cumprimento de sua missão institucional, tendo como prioridades os esforços para promover a valorização profissional do economista; a fiscalização do exercício profissional; garantir a potencialidade da capacidade financeira via ingresso de novos registros, manutenção da política de tratamento da inadimplência e proteção das reservas; o aprofundamento do processo de aprimoramento da estrutura administrativa; a ampliação dos laços com os demais conselhos regionais de fiscalização da profissão e sindicatos de economistas; o aprofundamento da estratégia de divulgação da imagem institucional do Corecon-RJ, pela ampliação de suas interlocuções com a sociedade civil organizada, instituições públicas e privadas, instituições de ensino superior, organizações não governamentais e imprensa.

As ações que compunham o Plano de Trabalho foram classificadas em cinco projetos, a saber:

- Projeto 1 – Valorização da profissão
- Projeto 2 – Intensificação da ação fiscalizadora
- Projeto 3 – Aprimoramento da estrutura administrativa
- Projeto 4 – Potencialização da capacidade financeira
- Projeto 5 – Fortalecimento da imagem institucional

4.1.1 – Valorização da Profissão

4.1.1.1 – executar ações preventivas e corretivas destinadas a combater a política de desregulamentação da profissão, em conjunto com os demais Conselhos Regionais e o Conselho Federal;

4.1.1.2 – contribuir para o detalhamento do campo de atuação do economista a partir da legislação existente;

4.1.1.3 – acompanhar as oportunidades de trabalho e a situação profissional dos peritos, cadastrados, junto ao Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro;

4.1.1.4 – ampliar a interlocução com instituições acadêmicas e alunos de economia, participando das atividades por elas promovidas e utilizando-as para divulgar o Conselho e suas atribuições;

4.1.1.5 – promover encontro com os diretores dos cursos de economia das Universidades do Estado;

- 4.1.1.6 – apoiar e ajudar a organizar encontro anual das Universidades do Estado;
- 4.1.1.7 – editar material divulgando as atividades profissionais do economista destinado aos estudantes universitários;
- 4.1.1.8 – realizar a Gincana Estadual de Economia;
- 4.1.1.9 – promover o Prêmio de Monografia Economista Celso Furtado;
- 4.1.1.10 – promover o prêmio de Dissertação de Mestrado Carlos Lessa;
- 4.1.1.11 – efetuar a divulgação do elenco de atividades profissionais, para as quais o economista está capacitado, junto a governos; autarquias; empresas públicas e privadas; órgãos governamentais e terceiro setor;
- 4.1.1.12 – continuar realizando campanha de esclarecimento destinada aos organizadores de concursos públicos e empresas de recursos humanos, sobre a regulamentação profissional do Economista;
- 4.1.1.13 – continuar o processo de aprimoramento dos mecanismos e da metodologia de fiscalização dos concursos públicos, buscando torná-la mais eficaz na cobertura das fases de preparação dos editais e de convocação dos aprovados para os cargos de economista;
- 4.1.1.14 – ampliar e atualizar a listagem de páginas nas quais são divulgados índices, informações e pesquisas de interesse dos economistas em nossa página na Internet;
- 4.1.1.15 – divulgar a possibilidade do registro das Anotações de Responsabilidade Técnica e da emissão das Certidões de Acervo Técnico;
- 4.1.1.16 – aproximar os estudantes de Economia do estado ao Conselho, incentivando e financiando sua participação nos eventos do Sistema COFECON-CORECONs de caráter nacional e regional.
- 4.1.1.17 – manter a oferta de cursos, inclusive gratuitos, de aperfeiçoamento técnico para os economistas em situação regular perante o Conselho;
- 4.1.2 – Intensificação da ação fiscalizadora
 - 4.1.2.1 – manter o processo de aprimoramento do sistema de controle e acompanhamento dos processos de ética e de fiscalização, em especial, quanto aos prazos definidos para cada uma de suas fases;

- 4.1.2.2 – dar continuidade ao trabalho de identificação dos registros provisórios e credenciais de estudantes vencidos, buscando transformá-los em registros definitivos;
- 4.1.2.3 – promover o saneamento do cadastro de pessoas físicas e jurídicas inadimplentes, repassando para a Secretaria de Registros as informações que conseguir;
- 4.1.2.4 – identificar e promover, quando for o caso, a regularização dos registros dos economistas indicados pelas empresas como responsáveis técnicos;
- 4.1.2.5 – aprimorar os instrumentos utilizados na ação fiscalizadora e manter a interface da Secretaria de Registros com a Secretaria de Fiscalização de forma que pedidos de registro, transferências, cancelamentos etc possam servir de subsídio para abertura de processos de fiscalização;
- 4.1.2.6 – continuar investindo na identificação e consequente fiscalização de pessoas jurídicas e físicas que estejam operando no mercado com o registro cancelado;
- 4.1.2.7 – intensificar a fiscalização sobre as empresas que atuam no mercado financeiro;
- 4.1.2.8 – notificar as grandes empresas do Estado para que forneçam listagens com os nomes dos economistas que nelas atuam;
- 4.1.2.9 – manter a política de executar ações de fiscalização sobre as secretarias de fazenda e de planejamento do governo do Estado, dos municípios e de outros órgãos públicos onde possa haver o desempenho de atividades privativas dos economistas;
- 4.1.2.10 – aprimorar a relação estabelecida pela Secretaria de Fiscalização com as prefeituras municipais do Estado do Rio de Janeiro;
- 4.1.2.11 – explorar melhor a potencialidade dos instrumentos de pesquisa, tais como, o convênio firmado com a Junta Comercial do Estado, o Clube de Diretores Lojistas do Rio de Janeiro, o Diário Oficial do Estado, jornais impressos e redes sociais, para a localização de economistas e empresas que exerçam atividades vinculadas a Ciência Econômica;
- 4.1.2.12 – firmar convênio com o Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas com a mesma finalidade do item anterior;
- 4.1.2.13 – ampliar e utilizar o banco de dados dos alunos formados pelas universidades do Estado, para esclarecer aos novos economistas sobre a regulamentação profissional;

4.1.2.14 – realizar campanhas de esclarecimento, direcionadas aos profissionais e estudantes de economia, quanto aos aspectos legais que envolvem a profissão;

4.1.2.15 – iniciar ações sobre empresas que atuam na elaboração de estudos de impacto socioambiental;

4.1.2.16 – iniciar ações sobre empresas que atuam na área de economia internacional;

4.1.2.17 – iniciar ações sobre empresas que atuam na área de auditoria;

4.1.2.18 – inaugurar linha de ação voltada para a fiscalização de professores que prestam serviços de consultoria, sem registro profissional;

4.1.2.19 – estender a atuação da Secretaria de Fiscalização aos municípios do interior, após identificação das regiões que mais tem se desenvolvido no Estado, buscando ampliar a atuação do Corecon-RJ para além da capital do Estado do Rio de Janeiro;

4.1.2.20 – elevar o número de pessoas físicas e jurídicas fiscalizadas;

4.1.2.21 – elevar o número de registros de pessoas jurídicas e físicas;

4.1.2.22 – aprimorar o tratamento técnico necessário à condução de processos ético-profissionais;

4.1.2.23 – analisar e propor alterações à Consolidação da Regulamentação Profissional do Economista, em especial, quanto ao Capítulo VI, item 6.2, da Consolidação da Regulamentação Profissional do Economista;

4.1.3 – Aprimoramento da estrutura administrativa

4.1.3.1 – aprimorar o atendimento ao público externo e interno;

4.1.3.2 – melhorar a qualidade dos atendimentos não presenciais;

4.1.3.3 – finalizar o processo de reestruturação da Secretaria de Registros a partir da elaboração de plano de ações capaz de revisar e aperfeiçoar seu desempenho, editar manual contendo seus procedimentos, sanear seus processos administrativos e arquivar seu passivo documental;

4.1.3.4 – aprimorar os procedimentos e a qualidade dos processos e fluxos internos;

4.1.3.5 – analisar a validade dos registros suspensos de pessoas jurídicas, referentes a 64 empresas, e propor os devidos encaminhamentos para cada caso;

4.1.3.6 – continuar a revisão e atualização dos formulários utilizados na Secretaria de Registros, iniciadas em 2012, adequando-os às normas estabelecidas;

4.1.3.7 – aprimorar os mecanismos de controle administrativo e de gestão;

4.1.3.8 – ampliar e aperfeiçoar os processos de compras e gerenciamento de estoques buscando reduzir custos utilizando o sistema de pregões eletrônicos;

4.1.3.9 – aprofundar a política de capacitação e treinamento dos empregados;

4.1.3.10 – continuar aplicando a metodologia de avaliação de desempenho profissional ao conjunto dos empregados da Autarquia;

4.1.3.11 – realizar pesquisa do nível de satisfação dos economistas e empresas, quanto à qualidade do atendimento na Sereg, buscando identificar os principais problemas referentes à qualidade, tempo do atendimento, bem como, em relação aos folhetos explicativos;

4.1.4 – Potencialização da capacidade financeira

4.1.4.1 – elevar o volume da receita obtida com anuidades correntes;

4.1.4.2 – aprimorar o processo de cobrança administrativa de crédito tributário;

4.1.4.3 – elevar o volume da receita obtida com a cobrança administrativa de anuidades de exercícios findos;

4.1.4.4 – prosseguimento do processo de atualização e refinamento das informações cadastrais das pessoas jurídicas e físicas;

4.1.4.5 – reavaliar os processos de cancelamento de registro de empresas e, quando couber, encaminhá-los para diligências da Secretaria de Fiscalização;

4.1.4.6 – efetuar recadastramento das pessoas físicas inscritas durante a substituição das carteiras de identificação profissional;

4.1.4.7 – manter a política de aplicação das reservas financeiras em títulos públicos;

4.1.4.8 – identificar possibilidades de redução de despesas das Secretarias e racionalizá-las;

4.1.5 – Fortalecimento da Imagem Institucional

4.1.5.1 – apoiar o movimento pela definição de uma estratégia de desenvolvimento de longo prazo para o Estado do Rio de Janeiro e para o Brasil;

4.1.5.2 – realizar seminários sobre a economia regional;

4.1.5.3 – realizar seminários sobre a agenda do desenvolvimento econômico;

4.1.5.4 – ampliar a capilaridade do CED – Centro de Estudos para o Desenvolvimento;

4.1.5.5 – editar publicações contendo o resultado das discussões realizadas no âmbito do Conselho, do Centro de Estudos para o Desenvolvimento e decorrentes de parcerias com outras instituições;

4.1.5.6 – elaborar e executar projetos técnicos abordando temas do campo da ciência econômica;

4.1.5.7 – divulgar a profissão nas escolas de ensino médio e cursos pré-vestibulares;

4.1.5.8 – ampliar as parcerias com entidades da sociedade civil organizada através da intensificação da realização de eventos voltados para a discussão de temas vinculados à Ciência Econômica;

4.1.5.9 – atuar de forma ativa, inclusive com apoios institucionais previamente submetidos à aprovação do Plenário, na viabilização de eventos e publicações, promovidos por fóruns e redes ligados a movimentos sociais de interesse público, especialmente aqueles cujos temas pertençam ao campo da ciência econômica;

4.1.5.10 – ampliar o leque de serviços e convênios oferecidos;

4.1.5.11 – contribuir na viabilização do Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia de 2024;

4.1.5.12 – dar continuidade ao desenvolvimento do Projeto de Comunicação para o Corecon-RJ

5 – Descrição das estruturas de governança

5.1. –Comissões de Trabalho:

Em 2024, atuaram doze comissões de trabalho, criadas pelo Plenário, compostas pelos seguintes conselheiros não remunerados:



5.1.1 – Alienação de bens

Conselheira Clician do Couto Oliveira

5.1.2 – Conselho Editorial do Jornal dos Economistas

Conselheiro Carlos Henrique Tibiriçá Miranda

Conselheiro José Ricardo de Moraes Lopes

Conselheiro João Hallak Neto

Conselheiro Gustavo Souto de Noronha

Conselheiro Marcelo Pereira Fernandes

Conselheiro José Antonio Lutterbach Soares

Conselheiro João Manoel Gonçalves Barbosa

Conselheiro Fernando D' Angelo Machado

Conselheiro Sidney Pascoutto da Rocha

Secretário Executivo Wellington Leonardo da Silva

Economista Paulo Sergio Souto

5.1.3 – Cursos

Conselheira Clician do Couto Oliveira

Conselheiro Gustavo Souto de Noronha

Conselheira Regina Lúcia Gadioli dos Santos

5.1.4 – Licitações

Conselheiro Carlos Henrique Tibiriçá Miranda (Titular)

Conselheiro Marcelo Pereira Fernandes (Suplente)

Funcionários: Guilherme Tinoco Oliveira dos Anjos e Mônica Assunção Silva

5.1.5 – Política Econômica

Conselheiro Carlos Henrique Tibiriçá Miranda

Conselheiro José Antonio Lutterbach Soares

Conselheira Clician do Couto Oliveira

Conselheiro Marcelo Pereira Fernandes

Conselheiro João Hallack Neto

Conselheiro José Ricardo de Moraes Lopes

Conselheiro Antonio José Alves Júnior

Secretário Executivo Wellington Leonardo da Silva

5.1.6 – Prêmio de Monografia Economista Celso Furtado

Conselheiro Arthur Camara Cardozo

Conselheiro Marcelo Pereira Fernandes

Conselheiro Antonio José Alves Júnior

5.1.7 – Relações com instituições acadêmicas

Conselheira Clician do Couto Oliveira



Conselheira Regina Lúcia Gadioli dos Santos
Conselheiro João Hallack Neto

5.1.8 – Semana do Economista

Conselheira Clician do Couto Oliveira
Conselheiro Arthur Camara Cardozo
Conselheiro Marcelo Pereira Fernandes

5.1.9 – Tomada de Contas

Conselheiro Sidney Pascoutto da Rocha
Conselheiro Arthur Camara Cardozo
Conselheiro Antonio José Alves Júnior
Conselheiro Fernando D' Angelo Machado
Conselheiro Gustavo Souto de Noronha
Conselheiro João Hallak Neto

5.1.10 – Comunicação

Conselheiro Gustavo Souto de Noronha
Conselheira Clician do Couto Oliveira
Conselheiro José Antonio Lutterbach Soares
Conselheiro Marcelo Pereira Fernandes
Conselheiro Sidney Pascoutto da Rocha
Conselheiro Fernando D' Angelo Machado

5.2 – Relação dos dirigentes:

5.2.1 – Conselheiros Efetivos

1º TERÇO: (2023-2025)

Arthur Camara Cardozo
Marcelo Pereira Fernandes
Sidney Pascoutto da Rocha

2º TERÇO: (2024-2026)

Antônio dos Santos Magalhães
Fernando D' Angelo Machado
Luis Gustavo Vieira Martins

3º TERÇO: (2022-2024)

Carlos Henrique Tibiriçá Miranda
José Antonio Lutterbach Soares
Antonio José Alves Junior



5.2.2 – Conselheiros Suplentes

1º TERÇO: (2023-2025)

Gustavo Souto de Noronha

João Hallak Neto

Regina Lúcia Gadiolli dos Santos

2º TERÇO: (2024-2026)

Juliana Duffles Donato Moreira

Gilberto Caputo Santos

Flávia Vinhaes Santos

3º TERÇO: (2022-2024)

José Ricardo de Moraes Lopes

Clician do Couto Oliveira

5.3 – Estrutura Administrativa: Todos os ocupantes a partir daqui são empregados remunerados.

5.3.1 – Secretaria Executiva: Encarregada da supervisão de todas as demais secretarias e da execução das ações definidas pelo Plenário.

Composição:

Secretário Executivo: Chefia a Secretaria e todas as demais. Wellington Leonardo da Silva.

Secretária do Presidente e do Secretário Executivo: Paula Vanessa Bastos C. de Araújo

Assessora Esp. da Secretaria Exec. e Presidência: Raquel de Lima da Cunha e Souza

Assistente Administrativo: Márcia Cristina Ayres dos Santos

Auxiliar de Serviços Gerais: Alisson Souza Cunha

Auxiliar de Serviços Gerais: Maria Helena Conceição da Silva

Aprendiz- Qualidade em Serviços Administrativos: Andrey Salles Pacheco

5.3.2 – Secretaria de Administração e Finanças: Encarregada da gestão de pessoal, contas a pagar, compras e manutenção e do acompanhamento da execução de contratos e da interface com a contabilidade. Seu ocupante é o substituto do Secretário Executivo em seus impedimentos.

Composição:

Secretário de Adm e Finanças: Guilherme Tinoco O. dos Anjos.

Assistente Administrativo: Elza Maria Paranhos de Andrade

Assistente Administrativo: Domingos da Silva Matos

Assistente Administrativo: Vitor de Oliveira Xavier

5.3.3 – Secretaria de Registros: Encarregada do registro das pessoas físicas e jurídicas, emissão da carteira de identidade profissional dos economistas, das interfaces dos



registrados com a Autarquia, da cobrança das anuidades devidas e da relação com a Assessoria Jurídica nos processos de execução fiscal e nos derivados de cancelamentos de registros.

Composição:

Secretário de Registro: Josivaldo de Lira.

Assistente Administrativo: Samuel Moreira Gomes

Assistente Administrativo: Elisiene Gomes da Silva e Silva

Assistente Administrativa: Karina Aparecida Costa de Barros

Assistente Administrativo: Thiago Vaz Barbosa

Assistente Administrativo: Cláudio Silva de Andrade

Assistente Administrativo: Luiz Augusto de Souza Barros

5.3.4 – Secretaria de Fiscalização: Encarregada da fiscalização das pessoas físicas e jurídicas, que exercem a profissão, do monitoramento dos concursos públicos e das ofertas de trabalho existentes no mercado, de forma a preservar as prerrogativas profissionais dos economistas, da instrução e condução dos processos de ética profissional e da relação com a Assessoria Jurídica no que diz respeito aos processos administrativos sob sua responsabilidade.

Composição:

Secretária de Fiscalização: Monica Assunção Silva.

Assessor de Fiscalização: Economista Alberto Barroso Neto

Assistente Administrativo I/Fiscalização: Cássia Gammara Saleiro

5.3.5 – Cursos: Responsável pela gestão dos cursos de aperfeiçoamento profissional oferecidos pela Autarquia.

Composição:

Coordenadora: Sra. Claudia Oliveira Colares Valentim

5.3.6 – Assessorias Externas:

Contábil: Manager, Auditoria, Consultoria e Contabilidade Ltda.

Jurídica: Cacau de Brito, Pires Ferreira, Barcelos Romeiro, Sociedade de Advogados

Imprensa: Diagrama Comunicação

Informática: Spectranet Consultoria Ltda

5.4 – Atuação da Unidade de Auditoria Interna:

No que diz respeito à estrutura e procedimentos de controles internos a responsabilidade é da Secretaria de Administração e Finanças supervisionada pela Secretaria Executiva. Eles também são analisados e checados pela Assessoria Contábil externa, pela Comissão de Tomada de Contas interna e pelo Plenário que discute e aprova ou não seus relatórios, e pela Comissão de Tomada de Contas do Conselho Federal de Economia e por seu Plenário, que analisam e aprovam, ou não, as prestações de contas trimestrais e anuais.

5.5 - Informações sobre a empresa de auditoria independente contratada:

Em 2024 não foi contratada empresa de auditoria independente

5.6 – Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos:

Não foram apontadas quaisquer não-conformidades e ilícitos por parte das Comissões de Tomada de Contas interna e externa.

5.7 - Principais canais de comunicação com a sociedade e partes interessadas

5.7.1 - Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

O Corecon-RJ ainda não possui um sistema específico de avaliação capaz de medir a satisfação dos registrados e do público em geral, porém as reclamações são destinadas e tratadas no âmbito de cada secretaria.

5.7.2 - Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

A página do Corecon-RJ na internet possui um item destinado a Prestação de Contas, onde são apresentados todos os pagamentos efetuados por mês pelo Corecon-RJ nos últimos cinco anos, contendo data, beneficiário, descrição das despesas e valores. São apresentados ainda os balancetes orçamentários e financeiros de cada exercício – Comparativo de Receitas e Despesas, Balanço Financeiro, Demonstrativo de Variações Patrimoniais e Balanço Patrimonial: [Finanças e Relatório de Gestão \(corecon-rj.org.br\)](http://financas.e-relatorio-de-gestao.corecon-rj.org.br) Além da Prestação de Contas, consta também um link específico de “Acesso a Informação” com todas as informações relevantes sobre a gestão da unidade.

5.7.3 - Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

Em virtude do Corecon-RJ estar localizado num prédio comercial, que conta com quatro elevadores em frente à portaria, não há qualquer obstáculo para o acesso de pessoas deficientes. Os dois andares pertencentes ao Corecon-RJ são planos, não havendo qualquer problema de mobilidade. Mesmo assim, em alguns casos especiais e havendo necessidade presencial, quando comprovada a dificuldade de locomoção, o Corecon-RJ envia um portador à residência do registrado ou interessado.

A Secretaria de Registro, através de solicitação, remete as carteiras de identidade profissional, via correio, aos economistas que residem fora do município do Rio de Janeiro.

5.8 – Valor gasto com Fiscalização

Em 2024, o valor gasto com a atividade-fim do Corecon-RJ, Fiscalização, foi de R\$554.502,48. Este valor engloba os gastos com salários, encargos, benefícios, etc. O Corecon-RJ não possui automóveis e telefones celulares. Não houve concessão de diárias a empregados da Secretaria de Fiscalização em 2024.

5.9 – Valor gasto com Diárias de Conselheiros

Na tabela abaixo constam os valores totais de diárias concedidas aos Conselheiros, empregados e convidados no exercício de 2024. As diárias foram concedidas em função de viagem para eventos de interesse do Corecon-RJ e localizados fora da cidade do Rio de Janeiro. Não há pagamento de jetons e outro benefícios aos Conselheiros em virtude do cargo.

Tabela 3: Total gasto com diárias

Total de Diárias em R\$ concedidas a Conselheiros, Empregados e Convidados - 2024	
Anderson Carlos N. Oriente	R\$ 3.904,00
Antonio Corrêa Lacerda	R\$ 1.952,00
Antonio dos Santos Magalhães	R\$ 20.496,00
Antonio José Alves Júnior	R\$ 4.880,00
Arthur Câmara Cardozo	R\$ 3.904,00
Carmem Aparecida do Valle Costa Feijó	R\$ 2.928,00
Clician do Couto Oliveira	R\$ 5.856,00
Eliane Cristina de Araujo	R\$ 1.952,00
João Hallak Neto	R\$ 2.928,00
José Antonio Lutterbach Soares	R\$ 14.640,00
José Ricardo de Moraes Lopes	R\$ 2.928,00
Juliana Duffles Donato Moreira	R\$ 1.952,00
Luis Gustavo Vieira Martins	R\$ 3.904,00
Marcelo Pereira Fernandes	R\$ 15.616,00
Regina Lúcia Gadiolli dos Santos	R\$ 2.928,00
Sidney Pascoutto da Rocha	R\$ 5.856,00
Wellington Leonardo da Silva	R\$ 4.880,00
TOTAL	R\$ 101.504,00

6 – Resultados e Desempenho da Gestão:

6.1- Resultados alcançados frente aos objetivos estratégicos e às prioridades da gestão

Conforme ações detalhadas no item 4.1, seguem os resultados quantitativos e qualitativos alcançados para as ações previstas no exercício de 2024:

6.1.1 – Valorização da Profissão

6.1.1.1 – executar ações preventivas e corretivas destinadas a combater a política de desregulamentação da profissão, em conjunto com os demais Conselhos Regionais e o Conselho Federal: A atuação restringiu-se aos processos de fiscalização no Estado.

6.1.1.2 – contribuir para o detalhamento do campo de atuação do economista a partir da legislação existente: No dia 13 de novembro de 2013 foi encaminhado, ainda na antiga gestão da Secretaria de Fiscalização, para análise da Secretaria Executiva, um esboço inicial do material que poderia ser fornecido aos estudantes de Ciências Econômicas no intuito de orientá-los sobre os aspectos legais da profissão, bem como em relação às principais atividades a ela pertinentes. Como esse esboço não foi aprovado até 2024, a Secretaria de Fiscalização atualiza, todos os anos, o folder que é entregue com todas as atividades desempenhadas no período. Ademais, esclarecimentos pontuais são fornecidos às pessoas físicas e jurídicas que entram em contato com a Secretaria, assim como participação em eventos, visando disseminar o conhecimento e trocar experiência com outros CORECONS.

6.1.1.3 – acompanhar as oportunidades de trabalho e a situação profissional dos peritos, cadastrados, junto ao Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro: Foi localizada, no site do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, uma listagem contendo todos os economistas peritos autorizados a atuar em processos judiciais. Segundo informações no próprio site, essa listagem é atualizada todo mês, o que facilitaria o trabalho desta Secretaria de Fiscalização no sentido de acompanhar o número de economistas peritos cadastrados, e suas situações cadastrais e financeiras junto ao Corecon-RJ, mas verifica-se que não é tão bem atualizada. A última verificação feita em 2024 foi no mês de dezembro, onde foram identificados 185 (cento e oitenta e cinco) peritos economistas atuando no Estado do Rio de Janeiro. Deste total, 22 (vinte e dois) estavam com algum débito com o Corecon-RJ. Os profissionais serão notificados no ano de 2025. Ademais, 2 (dois) constam como suspensos no cadastro, 14 (quatorze) como cancelados e 15 (quinze) com registro em outro CORECON. Os casos serão analisados individualmente, também em 2025. A Secretaria de Fiscalização irá enviar novamente um Ofício solicitando a retirada dos profissionais cancelados e/ou suspensos da listagem, como feito em 2022.

6.1.1.4 – ampliar a interlocução com instituições acadêmicas e alunos de economia, participando das atividades por elas promovidas e utilizando-as para divulgar o Conselho e suas atribuições: A Secretaria de Fiscalização acredita que conseguiu estabelecer uma maior interação após ter assumido a Gincana dos Estudantes e o Desafio “Quero ser Economista”. Em 2024, a dupla da UFRJ obteve a primeira colocação na Gincana, e a estudante Yasmim de Deus Rodrigues, da cidade de Nova Iguaçu, foi a campeã do 9º Desafio Quero ser Economista.

6.1.1.5 – promover encontro com os diretores dos cursos de economia das Universidades do Estado: As poucas tentativas de contato realizadas por esta Secretaria de Fiscalização, no passado, não geraram nenhum resultado, o que demonstra a dificuldade de se estabelecer tal atividade. Em função pandemia de 2020, que continuou afetando o retorno das aulas presenciais durante o ano de 2021 e 2022, essa atividade ficou parada. Foram realizadas tentativas pontuais de contato, mas sem nenhum retorno.

6.1.1.6 – apoiar e ajudar a organizar encontro anual das Universidades do Estado: O Corecon-RJ não é acionado para atuar no encontro anual das Universidades do Estado. Ao pesquisar, não foi identificado nenhum encontro anual, somente ações realizadas individualmente por cada Universidade. O Corecon-RJ sempre apoia e se coloca à disposição para auxiliar no que a Universidade considerar necessário.

6.1.1.7 – editar material divulgando as atividades profissionais do economista destinado aos estudantes universitários: Todos os anos a Secretaria de Fiscalização atualiza o material disponibilizado os Economistas e estudantes de economia. Ademais, o site do Corecon-RJ possui, no campo de Legislação, o item de Áreas de atuação do Economista, que pode ser acessado por qualquer visitante.

6.1.1.8 – realizar a Gincana Estadual de Economia: No ano de 2024, a Secretaria de Fiscalização auxiliou o Conselho Federal de Economia na realização da XIII Gincana Nacional de Economia. Diferentemente dos outros anos, não houve etapa regional promovida pelo Conselho Regional, e sim pelo próprio Conselho Federal, ficando a cargo do Corecon-RJ apenas a seleção dos melhores vídeos enviados pelos alunos finalistas da etapa regional. Foram 05 duplas inscritas e as 4 melhores se classificaram para a segunda fase, de análise de vídeo pela Comissão formada por Conselheiros do Corecon-RJ. A dupla Pedro de Campos Barbosa Moreno e Theo Dalmaso Kussama, da UFRJ, foi campeã da etapa regional e também da etapa nacional, se tornando a segunda dupla da Instituição a conquistar a Gincana, fato inédito.

6.1.1.9 – promover o Prêmio de Monografia Economista Celso Furtado: Em sua 33ª edição foram premiados quatro trabalhos dentre os vinte e seis enviados pelas seguintes instituições: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (3); Universidade Federal Fluminense – Campos (3); Universidade Estadual do Rio de Janeiro (2); Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – Três Rios (3); Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – Seropédica (3); Universidade Federal do Rio de Janeiro (3); Universidade Católica do Rio de Janeiro (1); Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – Nova Iguaçu (3); Mackenzie Rio (2); Universidade Federal Fluminense - Gragoatá (3).

Primeiro Lugar: “Insegurança alimentar e pobreza no Brasil (2003 a 2024): uma revisão da literatura”.



Autor: Caio Sanches

Instituição: Universidade Federal do Rio de Janeiro

Segundo Lugar: “Estado de bem-estar social e economia solidária em Maricá-RJ”.

Autor: Gustavo Henrique Menezes Pereira

Instituição: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – Nova Iguaçu

Terceiro Lugar: O futebol como negócio no Brasil: efeitos do processo de globalização”.

Autor: Luis Felipe Lacerda da Cunha Rodrigues

Instituição: Mackenzie Rio

Menção Honrosa: “Determinantes da variação da estrutura a tempo da taxa de juros: uma análise de 2004 a 2023”.

Autora: Gabriel Soares Garcia

Instituição: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – Três Rios

6.1.1.10 – promover o prêmio de Dissertação de Mestrado Carlos Lessa: Ação não realizada em virtude de decisão Plenária.

6.1.1.11 – efetuar a divulgação do elenco de atividades profissionais, para as quais o economista está capacitado, junto a governos; autarquias; empresas públicas e privadas; órgãos governamentais e terceiro setor: A ação implementada em 2013, visando a fiscalização das Prefeituras do Rio de Janeiro, teve o objetivo de divulgar o elenco de atividades profissionais para as quais o Economista está capacitado. Essa atividade teve continuidade no ano de 2024.

6.1.1.12 – continuar realizando campanha de esclarecimento destinada aos organizadores de concursos públicos e empresas de recursos humanos, sobre a regulamentação profissional do Economista: Em 2024, a Secretaria de Fiscalização atuou nos Concursos Públicos da Prefeitura de Duas Barras, da Prefeitura de Cantagalo, do Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE de Barra Mansa, da FIOCRUZ, Petrobrás, CNU e da Prefeitura de Mangaratiba. . No caso de empresas de recursos humanos, a Secretaria de Fiscalização verificou que, hoje em dia, com a ferramenta LinkedIn, muitas empresas estão oferecendo as vagas diretamente através dessa rede profissional, sem a intermediação de empresas de recursos humanos. Foram 10 processos abertos diretamente para empresas que, apesar de não serem prestadoras de serviços na área de economia e finanças, estavam ofertando vagas para atuar com atividades privativas/inerentes á profissão de economista. A maioria das empresas preferiu retirar as atividades da área de economia e finanças, mas obtivemos 03 registros de pessoa física e a alteração de requisitos em alguns casos, onde foi incluída a obrigatoriedade de registro em Conselho Regional de Economia para os Bacharéis em Ciências Econômicas. Como as vagas eram destinadas para profissionais que possuíam

também outras graduações, nem sempre o selecionado era formado em economia, o que não resultou no registro do mesmo.

6.1.1.13 – continuar o processo de aprimoramento dos mecanismos e da metodologia de fiscalização dos concursos públicos, buscando torná-la mais eficaz na cobertura das fases de preparação dos editais e de convocação dos aprovados para os cargos de economista: A Secretaria de Fiscalização pretendia realizar, no ano de 2024, uma pesquisa para o levantamento das principais organizadoras de concursos públicos, cujo objetivo seria o envio de Ofício informativo da profissão do economista, mas como esteve com um funcionário a menos por mais da metade do ano e com processos em andamento, priorizou dar continuidade aos processos, visando aumento no número de registrados. Ademais, será solicitado ao Cofecon que realize uma ação junto as maiores empresas do Brasil, visando reforçar a importância da contratação de economistas, uma vez que muitas estão substituindo o cargo de Economista por cargos como Analista ou Tecnologistas, e contratando profissionais com as mais diversas graduações para desempenho de atividades na área de economia e finanças, desrespeitando o que determina a Lei 1411/51.

6.1.1.14 – ampliar e atualizar a listagem de páginas nas quais são divulgados índices, informações e pesquisas de interesse dos economistas em nossa página na Internet: Esta tarefa é realizada de acordo com a demanda, que chega por e-mail, ou através de verificação por partes dos funcionários da Secretaria de Fiscalização.

6.1.1.15 – divulgar a possibilidade do registro das Anotações de Responsabilidade Técnica e da emissão das Certidões de Acervo Técnico: Essa divulgação ocorre de maneira permanente no site do Corecon-RJ, e pelo menos duas vezes por ano através de publicação no Jornal dos Economistas. Foram emitidas 91 (noventa e uma) ARTS, 35 (trinta e cinco) para pessoas físicas e 56 (cinquenta e seis) para pessoas jurídicas, e 4 (quatro) CATS, todas para pessoas físicas

6.1.1.16 – aproximar os estudantes de Economia do estado ao Conselho, incentivando e financiando sua participação nos eventos do Sistema COFECON-CORECONs de caráter nacional e regional: A parte de financiamento não é de responsabilidade da Secretaria de Fiscalização, mas a aproximação com os estudantes se dá através da realização da Gincana, do Desafio “Quero ser Economista”, e de demandas pontuais, com a participação em eventos para divulgação do Corecon-RJ. Com as vitórias em ambos os projetos, já mencionadas anteriormente, a expectativa é de crescimento de inscrições para os anos seguintes..

6.1.2 – Intensificação da ação fiscalizadora

6.1.2.1 – manter o processo de aprimoramento do sistema de controle e acompanhamento dos processos de ética e de fiscalização, em especial, quanto aos

prazos definidos para cada uma de suas fases: Após a adoção de planilha de controle dos prazos dos processos administrativos de fiscalização, e do manual de elaboração dos procedimentos ético-profissionais, ambos os tipos de processos começaram a ser tratados de maneira mais eficaz e com maior celeridade, o que pode ser comprovado através da redução do tempo médio de andamento dos referidos processos. Ademais, com a implementação do SEI em 2025, a Secretaria de Fiscalização acredita que terá maior controle e eficácia no andamento dos processos em geral.

6.1.2.2 – dar continuidade ao trabalho de identificação dos registros provisórios e credenciais de estudantes vencidos, buscando transformá-los em registros definitivos: Dos 36 (trinta e seis) registros oriundos de ações realizadas pela Secretaria de Fiscalização no ano de 2024, nenhum foi reativação de registro cancelado. Com relação a registros provisórios vencidos, a Secretaria de Fiscalização também não conseguiu identificar nenhuma situação. Em 2023, foi gerado um relatório sobre os registros de credenciais de estudantes, resultando em 537 (quinhentos e trinta e sete) registros. Com apenas dois fiscais, verificar a situação atual de cada registro de estudante demanda muito tempo, pois ainda existem os processos em andamento e as outras rotinas do setor. A verificação, tanto dos estudantes como dos registros provisórios, precisará de tempo para ser realizada, e se realizará de forma contínua ao longo dos anos.

6.1.2.3 – promover o saneamento do cadastro de pessoas físicas e jurídicas inadimplentes, repassando para a Secretaria de Registros as informações que conseguir: A Secretaria promove, de maneira pontual, ação de quitação de débitos de anuidades de pessoas físicas e jurídicas. Além disso, no final de 2024, a Secretaria de Fiscalização verificou que vários economistas que são peritos no TJ-RJ estão com débitos no Corecon-RJ. Serão enviados e-mails informando sobre o débito em 2025. A Secretaria de Registro, por sua vez, atualizou o cadastro de 288 economistas e 66 empresas registrados.

6.1.2.4 – identificar e promover, quando for o caso, a regularização dos registros dos economistas indicados pelas empresas como responsáveis técnicos: Foram 4 registros oriundo da Fiscalização com a finalidade de assumir responsabilidade técnica de empresa prestadora de atividades na área de economia e finanças. Normalmente essa demanda ocorre de forma pontual, através de informação dada pela Secretaria de Registros. Após o aprendizado sobre geração de relatórios no novo sistema implementado em 2023, a Secretaria de Fiscalização também poderá emitir listagem das empresas sem economista responsável, visando sanar essa irregularidade. A ação será analisada e implementada em 2025.

6.1.2.5 – aprimorar os instrumentos utilizados na ação fiscalizadora e manter a interface da Secretaria de Registros com a Secretaria de Fiscalização de forma que pedidos de registro, transferências, cancelamentos etc possam servir de subsídio para abertura de processos de fiscalização: Em 2024 foram realizados setenta e nove encaminhamentos à

Secretaria de Fiscalização para verificação do suposto exercício das atividades privativas de economista sem o devido registro, sendo 03 de pessoas físicas e 02 de pessoas jurídicas, e 74 nomes, com respectivos dados cadastrais, de estudantes cujas credenciais estavam vencidas, para verificação de possível exercício de atividades privativas de economista sem o devido registro. Com um funcionário a menos no setor e com outras atividades que já vinham sendo desenvolvidas, a ação teve início em 2024, mas de forma muito pontual. Ação já planejada para 2025.

6.1.2.6 – continuar investindo na identificação e consequente fiscalização de pessoas jurídicas e físicas que estejam operando no mercado com o registro cancelado: Como já adiantado no item 2.2, nenhum dos 36 (trinta e seis) registros novos foi de reativação de registro cancelado. No caso das pessoas jurídicas, é muito raro de verificar, pois normalmente o cancelamento ocorre ou por encerramento das atividades, e no caso, de extinção de número de CNPJ, ou por decisão judicial, o que impede a Secretaria de Fiscalização de instaurar um novo processo administrativo.

6.1.2.7 – intensificar a fiscalização sobre as empresas que atuam no mercado financeiro: Após a ciência do Parecer 134/2014 – COFECON, o Corecon-RJ encerrou todos os processos administrativos que tinham como objetivo o registro das empresas de mercado financeiro neste Conselho. Após Ofício enviado pelo Corecon-RJ ao Cofecon, informando que estava sofrendo perdas financeiras com processos judiciais contra empresas de mercado financeiro, o Cofecon sugeriu que tais empresas não fossem mais alvos de fiscalização. Assim sendo, todos os processos administrativos que possuíam essa finalidade foram encerrados, restando apenas os judiciais em andamento. Entretanto, as empresas de mercado financeiro podem sofrer processos de fiscalização, no intuito de obter informações sobre o funcionário responsável pelas análises econômicas da empresa, essencial no mercado financeiro. Assim, apesar da queda no número de processos abertos para empresas dessa natureza, houve abertura de 06 processos contra empresas do mercado financeiro em 2024, visando obtenção de informação sobre seus funcionários.

6.1.2.8 – notificar as grandes empresas do Estado para que forneçam listagens com os nomes dos economistas que nelas atuam: Conforme já adiantado no item 6.1.1.13, a ação não foi desenvolvida em 2024, tendo sido realizada apenas parcialmente, através de verificações pontuais. Ação prevista para 2025, caso o quadro de funcionários da Secretaria de Fiscalização esteja completo.

6.1.2.9 – manter a política de executar ações de fiscalização sobre as secretarias de fazenda e de planejamento do governo do Estado, dos municípios e de outros órgãos públicos onde possa haver o desempenho de atividades privativas dos economistas: A ação é contínua e, após a abertura dos processos de fiscalização contra as Prefeituras do Rio de Janeiro, a Secretaria de Fiscalização já possui a informação de que diversas delas estão agindo dentro da Lei, com economista responsável pelas Secretarias atuando na

área de economia e finanças do município. Assim, a Secretaria de Fiscalização entende que vem mantendo a política de executar ações de fiscalização nos Órgãos citados.

6.1.2.10 – aprimorar a relação estabelecida pela Secretaria de Fiscalização com as prefeituras municipais do Estado do Rio de Janeiro: O objetivo para o ano de 2024 era empreender esforços visando a finalização da ação implementada no ano de 2013, referente à obrigatoriedade das Prefeituras Municipais do Estado do Rio de Janeiro que possuem Secretarias relacionadas às atividades de economia e finanças, a indicarem o economista responsável pela realização de tais atividades; e de manter um relacionamento cordial e mais próximo com as 92 (noventa e duas) Prefeituras do Estado do Rio de Janeiro, através do auxílio para elaboração de editais de concursos públicos e de orientação para contratação de empresas devidamente registradas no Corecon-RJ, quando houver necessidade de realização de atividades na área de economia e finanças de forma pontual. Como alguns processos ainda estão na justiça, e também em função da pandemia, essa atividade não pôde ser finalizada.

6.1.2.11 – explorar melhor a potencialidade dos instrumentos de pesquisa, tais como, o convênio firmado com a Junta Comercial do Estado, o Clube de Diretores Lojistas do Rio de Janeiro, o Diário Oficial do Estado, jornais impressos e redes sociais, para a localização de economistas e empresas que exerçam atividades vinculadas a Ciência Econômica: Como contamos apenas com o convênio do CDL-RIO, isso limitou um pouco a atuação da Secretaria de Fiscalização, pois os diversos convênios não são excludentes, e sim complementares. Com os outros convênios, a Secretaria de Fiscalização poderia utilizar outras formas de pesquisas que não são aceitas pelo CDL-RIO. Essa ferramenta atua somente para obtenção do endereço do profissional que virá a ser fiscalizado. Como fonte de pesquisa para encontrar profissionais com esse perfil, as redes sociais e internet se mostram mais eficazes, conforme observado na tabela abaixo, onde se verifica que, dos 36 (trinta e seis) novos registros em 2024, 20 (vinte) foram através da utilização da ferramenta LinkedIn, e 6 (seis) através de pesquisas no site das empresas, representando quase 72% dos registros realizados através da Secretaria de Fiscalização em 2024. No caso das pessoas jurídicas, foram 20 (vinte) registros, sendo 10 (dez) registros derivados da pesquisa através da JUCERJA, e 08 (oito) obtidos através de pesquisas no PROCOB.

6.1.2.12 – firmar convênio com a e o Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas com a mesma finalidade do item anterior: Foi realizado, em 2016, convênio com a Junta Comercial do Rio de Janeiro. A Secretaria de Fiscalização solicitou informações sobre empresas sediadas em Campos dos Goytacazes e Macaé, mas não obteve resultados significativos. No ano de 2017, a Secretaria de Fiscalização direcionou os esforços para as empresas sediadas na cidade do Rio de Janeiro, também através da listagem obtida junto à JUCERJA. Não obtivemos um retorno satisfatório, e o convênio não foi renovado. A forma de pesquisa era muito confusa, pois exigia que definíssemos exatamente o que gostaríamos de buscar na descrição do Objeto Social das empresas.

Em 2022, através de pesquisas no próprio site da JUCERJA, a Secretaria de Fiscalização identificou uma forma de realizar pesquisas, através do nome (não permite acessar o Objeto Social, infelizmente), para identificar empresas de consultoria econômica. Foram identificadas 13 empresas, e foram instaurados processos para todas. Em 2024, a Secretaria de Fiscalização deu continuidade as ações implementadas em 2022, o que resultou em um número alto de registro de pessoas jurídicas.

6.1.2.13 – ampliar e utilizar o banco de dados dos alunos formados pelas universidades do Estado, para esclarecer aos novos economistas sobre a regulamentação profissional: Essa atividade está relacionada com todas as outras voltadas à aproximação do Corecon-RJ com as Universidades (itens 6.1.1.5, 6.1.1.6, 6.1.1.7 e 6.1.1.8), com a realização da Gincana e do Desafio “Quero ser um Economista”, mas a Secretaria de Fiscalização observa que essa relação se estabelece mais entre alunos e Corecon-RJ do que entre as diretorias de faculdades de economia e o Corecon-RJ. Aguardando informação sobre possível criação de um CORECON ACADÊMICO, para saber como a Secretaria de Fiscalização pode atuar visando a proximidade com as Universidades.

6.1.2.14 – realizar campanhas de esclarecimento, direcionada aos profissionais e estudantes de economia, quanto aos aspectos legais que envolvem a profissão: A execução da ação depende da finalização do item 6.1.1.3, e da implementação das ações de aproximação junto às Universidades. Todos os anos o folder disponibilizado para o público é atualizado pela Secretaria de Fiscalização. Ademais, dúvidas sobre os aspectos legais que envolvem a profissão são sanadas pontualmente.

6.1.2.15 – iniciar ações sobre empresas que atuam na elaboração de estudos de impacto socioambiental: A Secretaria de Fiscalização tentou programar essa ação para o ano de 2017, mas não encontrou fontes de pesquisa confiáveis. Com a utilização do convênio da JUCERJA, que gerou abertura de muitos processos de fiscalização, a pesquisa para identificação das possíveis empresas que atuam na elaboração de estudos de impacto socioambiental ficou para 2018, e anos subsequentes. Em 2019, não obtivemos resultados positivos para essa ação. Já no ano de 2020 e 2021, essa ação não pôde ser realizada em função da pandemia. Em 2022, ao tentar retomar a atividades, verificamos que muitos dados estavam defasados. Como não foi renovado o convênio com a JUCERJA, a ação foi adiada para 2023, onde a Secretaria de Fiscalização tentou obter uma nova fonte de pesquisa para identificar empresas que estejam atuando nessa área, e identificou, em dezembro de 2023, após consulta realizada pelo nome na JUCERJA, 43 empresas que possuem SOCIOAMBIENTAL em sua razão social.

6.1.2.16 – iniciar ações sobre empresas que atuam na área de economia internacional: Essa ação se enquadra na mesma situação da anterior, mas, através da pesquisa realizada na JUCERJA, utilizando o termo ECONOMIA INTERNACIONAL, a Secretaria de Fiscalização não obteve resultado. Dessa forma, será pesquisada uma nova forma de pesquisa para tentar implementar tal ação em 2025.

6.1.2.17 – iniciar ações sobre empresas que atuam na área de auditoria: Essa ação se enquadra na mesma situação da anterior. Através da pesquisa realizada na JUCERJA, utilizando o termo AUDITORIA, a Secretaria de Fiscalização se deparou com muitas empresas, o que impossibilita que seja feita a ação em pouco tempo, e com um funcionário a menos no setor. A ação será iniciada, de forma gradual, no ano de 2025.

6.1.2.18 – inaugurar linha de ação voltada para a fiscalização de professores que prestam serviços de consultoria, sem registro profissional: A ação começou a ser implementada em 2016, mas a Secretaria de Fiscalização concluiu que, fazer a pesquisa pela PROCOB, através da utilização do termo CONSULTORIA ECONÔMICA, estava obtendo mais resultado, pois verificamos que várias delas possuíam professores como sócios. Assim, ao invés de pesquisar pelo sócio, para achar a consultoria, a Secretaria de Fiscalização agiu de forma contrária, encontrando consultorias e verificando seus sócios, que em muitos casos eram professores. A ação ficou suspensa, pois muitos professores possuíam SOCIEDADES UNIPROFISSIONAIS, e tal questão teve que ser tratada no Cofecon. Após parecer emitido pelo Cofecon, de obrigatoriedade de registro de sociedades uniprofissionais, a Secretaria de Fiscalização emitiu ofícios para todas as empresas que se enquadravam nessa situação, informando a necessidade de regularização de sua situação neste Conselho. Com a crise financeira de 2020, e com o fim da assinatura do PROCOB, a Secretaria de Fiscalização não verificou abertura de novas Consultorias Econômicas que possuíam professores como sócios.

6.1.2.19 – estender a atuação da Secretaria de Fiscalização aos municípios do interior, após identificação das regiões que mais tem se desenvolvido no Estado, buscando ampliar a atuação do Corecon-RJ para além da capital do Estado do Rio de Janeiro: Essa tarefa pretendia ser alcançada através do convênio com a Junta Comercial do Rio de Janeiro. As duas tentativas feitas em 2016 (Campos dos Goytacazes e Macaé) não surtiram grandes resultados. Com a pandemia em 2020, e continuidade em 2021, 2022 e 2023, não foi possível identificar as regiões que estão se desenvolvendo no Estado. Com a possibilidade de implantação dos serviços online, a Secretaria de Fiscalização acredita que conseguirá atingir as empresas e economistas que não vivem na capital.

6.1.2.20 – elevar o número de pessoas físicas e jurídicas fiscalizadas: No ano de 2024 foram instaurados 103 (cento e três), sendo 43 (quarenta e três) de pessoas físicas e 60 (sessenta) para pessoa jurídica. No caso das pessoas físicas, houve uma queda de aproximadamente 23% (vinte e três por cento) no número de registros, comparado ao ano de 2023. No caso das pessoas jurídicas, houve um aumento de aproximadamente 11% (onze por cento) no número de registros, comparado ao ano de 2023.

6.1.2.21 – elevar o número de registros de pessoas jurídicas e físicas: A Secretaria de Fiscalização obteve no ano de 2024, o resultado de 36 registros de pessoas físicas e 20 de pessoas jurídicas

6.1.2.22 – aprimorar o tratamento técnico necessário à condução de processos ético-profissionais: No final de 2024, existiam apenas 2 (dois) processos éticos em andamento, que ainda não foram encerrados, pois as penalidades aplicadas possuem validade de 05 (cinco) anos. Os processos só serão encerrados após o término dos prazos. Após a elaboração do roteiro de processos éticos, todos estão sendo conduzidos da forma correta e finalizados dentro de prazo razoável.

6.1.2.23 – analisar e propor alterações à Consolidação da Regulamentação Profissional do Economista, em especial, quanto ao Capítulo VI, item 6.2, da Consolidação da Regulamentação Profissional do Economista: A Secretaria está sempre atuando para melhorar os procedimentos de fiscalização. Participou da elaboração do Manual da Fiscalização, em 2019, com o intuito de unificar os procedimentos de fiscalização de todo sistema COFECON/CORECONs, e atualizar a Consolidação da Regulamentação Profissional do Economista. É sempre procurada pelo Cofecon para analisar casos considerados importantes para o sistema. Em 2022, a Secretária de Fiscalização participou, como palestrante, do Treinamento de Fiscalização do Sistema COFECON/CORECON, procurando dividir conhecimentos e sugerir alterações em procedimentos identificados ineficazes na rotina do cotidiano. Por se tratar de ação contínua, a Secretaria sempre atua de forma pontual, quando verifica alguma necessidade de alteração.

6.1.3 – Aprimoramento da estrutura administrativa

6.1.3.1 – aprimorar o atendimento ao público externo e interno: Esta ação foi realizada de modo contínuo durante todo o exercício, através de reuniões individuais com os funcionários, à medida que ocorriam ou se identificavam situações nas quais o atendimento não havia sido satisfatório, seja através de informações prestadas de modo incompleto, ou na demora no atendimento de solicitações, ou mesmo em ações e/ou posturas não condizentes com um atendimento satisfatório.

6.1.3.2 – melhorar a qualidade dos atendimentos não presenciais: Esta ação foi realizada de modo contínuo durante todo o exercício, através de reuniões individuais com os funcionários, à medida que ocorriam ou se identificavam situações nas quais o atendimento não havia sido satisfatório, seja através de informações prestadas de modo incompleto, ou demora no atendimento de solicitações, através do atendimento telefônico ou através do atendimento via e-mail.

6.1.3.3 – finalizar o processo de reestruturação da Secretaria de Registros a partir da elaboração de plano de ações capaz de revisar e aperfeiçoar seu desempenho, editar manual contendo seus procedimentos, sanear seus processos administrativos e arquivar seu passivo documental: Em 2024 foram saneados 1.407 processos administrativos de economistas e estudantes, e 142 processos de empresas que transitaram na Secretaria de

Registro para atendimento a demandas diversas. Entre Junho e novembro de 2024, realizou-se o arquivamento de todo o passivo documental referente às execuções fiscais promovidas a partir do exercício de 2021. Para cada execução, são arquivados, em média, seis documentos de cada economista: comunicação amigável, notificação, AR dos Correios (ou correspondência devolvida), petição inicial, CDA e GRU recolhida; das pessoas jurídicas, são cinco os documentos: notificação, AR dos Correios (ou correspondência devolvida), petição inicial, CDA e GRU recolhida.

6.1.3.4 – aprimorar os procedimentos e a qualidade dos processos e fluxos internos: Neste exercício foram dadas continuidades aos processos e fluxos internos já aprimorados nos exercícios anteriores, não tendo sido planejada e/ou realizada nenhuma ação de melhoria.

6.1.3.5 – analisar a validade dos registros suspensos de pessoas jurídicas, referentes a 64 empresas, e propor os devidos encaminhamentos para cada caso: Em 2024, esta ação não foi iniciada.

6.1.3.6 – continuar a revisão e atualização dos formulários utilizados na Secretaria de Registros, iniciadas em 2012, adequando-os às normas estabelecidas: Os formulários continuam sendo revisados e atualizados à medida que ocorrem alterações em suas formas e conteúdos, conforme determinados pelo regramento legal editado pelo Cofecon, ou no surgimento de necessidades na Secretaria e/ou no Conselho. No ano de 2024 não foram criados novos formulários.

6.1.3.7 – aprimorar os mecanismos de controle administrativo e de gestão: Foi dada continuidade, no âmbito financeiro, ao controle diário sobre as parcelas de renegociações não pagas, cujas datas de vencimento são os dias imediatamente anteriores. Ao se verificar que a parcela encontra-se em aberto, encaminha-se uma cópia do boleto, via Sistema, com a mensagem, no corpo do e-mail, de que o boleto deverá ser atualizado no site do Banco do Brasil para o devido recolhimento. Esta ação tem reduzido o número de desfazimento dos acordos de renegociação realizados. Em 2024 foi implementada a sistemática de envio de aviso de vencimento de parcela com dois dias de antecedência para o e-mail do economista, o que tem evitado que o economista/empresa deixe de quitar as parcelas nas datas de vencimento.

6.1.3.8 – ampliar e aperfeiçoar os processos de compras e gerenciamento de estoques buscando reduzir custos utilizando o sistema de pregões eletrônicos: O Corecon-RJ utiliza o sistema do Banco do Brasil licitações-e e o site de compras do Governo Federal

6.1.3.9– aprofundar a política de capacitação e treinamento dos empregados: Ação não realizada em 2024.

6.1.3.10 – prosseguir com o processo de digitalização do acervo documental da entidade: Em 2024, a ação não foi realizada.

6.1.3.11 – continuar aplicando a metodologia de avaliação de desempenho profissional ao conjunto dos empregados da Autarquia: Ação realizada não realizada.

6.1.3.12 – realizar pesquisa do nível de satisfação dos economistas e empresas, quanto à qualidade do atendimento na Sereg, buscando identificar os principais problemas referentes à qualidade, tempo do atendimento, bem como, em relação aos folhetos explicativos: Em 2024, a ação não foi realizada.

6.1.4 – Potencialização da capacidade financeira

6.1.4.1 – elevar o volume da receita obtida com anuidades correntes: Em relação à receita corrente, o resultado individual aponta um decréscimo nominal de 7,75% das anuidades dos economistas, e um acréscimo de 3,53% das pessoas jurídicas. O resultado consolidado aponta um decréscimo de 6,29% em relação ao exercício de 2023.

6.1.4.2 – aprimorar o processo de cobrança administrativa de crédito tributário: • Para os débitos do exercício vigente de 2024, que constavam como não pagos ou com pagamento parcial, a Secretaria de Registros emitiu uma recobrança (cobrança dos débitos atualizados, realizada através do envio de boletos bancários aos economistas e empresas). Semanalmente, são emitidos relatórios para acompanhamento dos parcelamentos e renegociações realizadas, que apresentam parcelas vencidas. Para estes, são enviados novos boletos ou se o parcelamento refere-se à execução fiscal, busca-se um contato direto com o economista, evitando o desfazimento do acordo e prosseguimento de ação. Com esta prática, verificou-se a redução de acordos desfeitos, e aumento na adimplência dos acordos. O sistema cadastral foi configurado para enviar um aviso, com dois dias de antecedência, informando que o economista ou a empresa tem uma parcela a vencer no cadastro financeiro. Essa medida ajudou a reduzir a inadimplência dos parcelamentos. Em 2024, diversas campanhas de cobrança de créditos foram realizadas por WhatsApp e e-mail, trazendo resultados positivos na recuperação dos valores a receber.

6.1.4.3 – elevar o volume da receita obtida com a cobrança administrativa de anuidades de exercícios findos: o resultado geral obtido no exercício de 2024 apresentou decréscimo de 49,27% em relação ao exercício de 2023

6.1.4.4 – prosseguimento do processo de atualização e refinamento das informações cadastrais das pessoas jurídicas e físicas: Com o retorno presencial das atividades do Conselho em 2021, a Secretaria de Fiscalização priorizou as atividades de fiscalização propriamente ditas, como atualização de processos e aberturas de novos processos. Houve atualização cadastral, mas feito de forma pontual, e sem o registro de tal

procedimento. Como houve um aumento significativo na abertura de processos, os esforços estão voltados para atrair mais economistas e empresas para nosso banco de cadastro, mas sempre observando qualquer alteração em informações cadastrais, para serem repassadas para Secretaria de Registros.

6.1.4.5 – reavaliar os processos de cancelamento de registro de empresas e, quando couber, encaminhá-los para diligências da Secretaria de Fiscalização: Quanto à reavaliação propriamente dita, ações concretas não foram tomadas neste exercício, que tenham resultado em procedimentos de encaminhamento à Secretaria de Fiscalização, porém, quando da formalização do pedido de cancelamento por parte das Pessoas Jurídicas, esta secretaria tem sido rigorosa, de modo a evitar que empresas que não cumprem as exigências estabelecidas no Art. 10, da Resolução n.º 1.880/12, tenham os seus pedidos de cancelamento de registros profissionais deferidos.

6.1.4.6 – efetuar recadastramento das pessoas físicas inscritas durante a substituição das carteiras de identificação profissional: Foram efetuados 104 recadastramentos, representando um decréscimo de 42,22% em relação ao exercício de 2023.

6.1.4.7 – manter a política de aplicação das reservas financeiras em títulos públicos: Em 2024, o Corecon-RJ manteve a aplicação dos recursos em fundo de investimento lastreado em títulos públicos, conforme determinação do Tribunal de Contas da União.

6.1.4.8 – identificar possibilidades de redução de despesas das Secretarias e racionalizá-las: Foi implementada na Secretaria de Fiscalização a impressão frente e verso de qualquer documento emitido, a digitalização da maioria de cópias ao fiscalizados, assim como de documentos a serem enviados à Assessoria Jurídica e ao Cofecon, além de conscientização sobre o uso de canecas ao invés de copos descartáveis e sobre a utilização do ar-condicionado e luzes do setor. Serão avaliadas as ações adotadas pelas demais Secretarias, para analisar se cabem adotá-las na Secretaria de Fiscalização. Com a implementação do SEI, teremos uma redução do uso de papel e impressora, o que resultará em redução de despesas na Secretaria de Fiscalização.

6.1.5 – Fortalecimento da Imagem Institucional

6.1.5.1 – apoiar o movimento pela definição de uma estratégia de desenvolvimento de longo prazo para o Brasil: Ação de caráter contínuo, através das entrevistas e dos artigos divulgados no Jornal dos Economistas e nos podcasts “Entre Celsos e Marias” durante todo o ano.

6.1.5.2 – realizar seminários sobre a economia regional: Não foram realizados seminários internamente, mas o Corecon-RJ patrocinou eventos conforme item 6.1.5.8;

6.1.5.3 – realizar seminários sobre a agenda do desenvolvimento econômico: O Corecon-RJ realizou e apoiou atividades que buscaram contribuir para o debate econômico, através da disseminação da técnica e do conhecimento econômico. O principal evento foi realizado no dia 21 de agosto, em comemoração ao Dia do Economista, onde o Corecon-RJ promoveu a homenagem a economista Maria da Conceição Tavares com a palestra da Prof. Hildete Pereira Melo; lançamento do livro "Economia para Transformação Social – Pequeno Manual para Mudar o Mundo", de Juliane Furno; Lançamento do Jornal Gazetinha da Guanabara; Entrega do Prêmio de Monografia Celso Furtado; e homenagem ao Prof. Antonio Carlos Assumpção. Podemos destacar ainda outros eventos realizados no auditório do Corecon-RJ em 2024:

- 02 de fevereiro: Lançamento do livro “Lenin: um Século Depois”, promovido pela Fundação Maurício Grabois;
- 08 de abril: Lançamento do livro "Direito à Cidade no Rio de Janeiro"
- 27 de novembro: Lançamento da Cartilha Raça e Orçamento, promovido pela Fundação Maurício Grabois ;
- 09 de dezembro: Entrega do Prêmio Nelson Le Cocq.

O Corecon-RJ apoiou a divulgação do projeto "Cerveja, Economia e Democracia", promovido pela Associação Brasileira de Economistas pela Democracia – ABED, que consiste em uma série de encontros mensais que visam gerar oportunidades de conscientização pública sobre a importância do desenvolvimento sustentável e inclusivo, bem como da democracia na economia. Além dos eventos presenciais, no dia 17 de setembro foi realizado debate virtual com transmissão ao vivo pelo canal do Corecon-RJ no Youtube: “Royalties do petróleo e gás e financiamento do desenvolvimento local sustentável” com a presença de Paula Alexandra Nazareth e Clician do Couto Oliveira

6.1.5.4 – fortalecer o CED – Centro de Estudos para o Desenvolvimento: Ação não realizada

6.1.5.5 – editar publicações contendo o resultado das discussões realizadas no âmbito do Conselho, do Centro de Estudos para o Desenvolvimento e decorrentes de parcerias com outras instituições: Ação realizada em conjunto com o item 6.1.5.3

6.1.5.6 – elaborar e executar projetos técnicos abordando temas do campo da ciência econômica: Ação não realizada

6.1.5.7 – divulgar a profissão nas escolas de ensino médio e cursos pré-vestibulares: A execução da ação depende da finalização do item 1.3, mas foi dado um primeiro grande passo ao começar a realizar, em 2022, o Desafio “Quero ser Economista”, onde nos foi informado pelo Cofecon que 151 (cento e cinquenta e um) alunos do Estado do Rio de Janeiro se inscreveram para participação do evento, realizado de forma virtual. Com a

continuidade dessa ação, a Secretaria de Fiscalização realizou novamente o Desafio em 2023, obtendo a inscrição de 307 (trezentos e sete) alunos, mais do que dobrando o número de inscrições comparado ao ano anterior. Já em 2024, foram 589 (quinhentos e oitenta e nove) inscritos, obtendo o terceiro lugar nacional no número de inscrições. Além disso, a estudante Yasmim de Deus Rodrigues, da cidade de Nova Iguaçu, foi a grande campeã do 9º Desafio Quero ser Economista.

6.1.5.8 – ampliar as parcerias com entidades da sociedade civil organizada através da intensificação da realização de eventos voltados para a discussão de temas vinculados à Ciência Econômica: O Corecon-RJ tem apoiado financeiramente eventos promovidos por entidades que buscam o debate e a solução de problemas ligados à economia e à sociedade Brasileira, bem como Associações ligadas à Economia. Podem ser destacados: 5th International Workshop on Demand-Led Growth: Capital Flows and External Constraints" | Centro Celso Furtado & IE/UFRJ; XXXII ENCONTRO DE ENTIDADES DO NORDESTE; XVII ENCONTRO DA AKB - Associação Keynesiana Brasileira; XXIX CONGRSSO DA ANGE - Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Ciências; XLVII ENECO - Encontro Nacional de Estudantes de Economia; XII Semana de Economia do Curso de Ciências Econômicas - UFF Campos; III Semana de Economia da UFF – Niterói; e Prêmio Nelson Le Cocq.

6.1.5.9 – atuar de forma ativa, inclusive com apoios institucionais previamente submetidos à aprovação do Plenário, na viabilização de eventos e publicações, promovidos por fóruns e redes ligados a movimentos sociais de interesse público, especialmente aqueles cujos temas pertençam ao campo da ciência econômica: Ação realizada conforme itens 6.1.5.3 e 6.1.5.8.

6.1.5.10 – ampliar o leque de serviços e convênios oferecidos: Firmamos novos convênios com os seguintes estabelecimentos: BRASVACI – clínica de vacinação em domicílio; Bookstore – livraria; CCAA – escola de idiomas; Farmácia Venâncio; Fia (Fundação Instituto de Administração) – escola de negócios; e SESC. Também atualizamos os termos de convênio da Universidade Cândido Mendes e Yspanus oficina de idiomas.

6.1.5.11 – contribuir na viabilização do Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia de 2024: O Corecon-RJ enviou uma delegação de 12 economistas para participarem do evento e 4 estudantes para a Gincana Nacional de Economia, realizada no mesmo local.

6.1.5.12 – dar continuidade ao desenvolvimento do Projeto de Comunicação para o Corecon-RJ: Destacamos a publicação mensal do Jornal dos Economistas contendo artigos e entrevistas de Economistas e personalidades do meio acadêmico, estimulando o debate e a busca de soluções para os principais problemas da economia brasileira sob óticas que o Economista não encontra na mídia comercial (<http://www.corecon-rj.org.br/jornal.php>). Além do Jornal dos Economistas, o Corecon-RJ disponibiliza ao

público o podcast “Entre Celsos e Marias”, com entrevistas e debates quinzenais sobre diversos temas ligados a ciência econômica. O podcast está disponível gratuitamente no aplicativo Spotify: Entre Celsos e Marias | Podcast no Spotify. Em 2024, estreamos no TikTok, um aplicativo de compartilhamento de vídeos, com o intuito de popularizar termos econômicos. Os vídeos são gravados por estudantes de economia através do projeto “Divulgando Conhecimento”, em parceria com as universidades. Os vídeos estão disponíveis no link <https://www.tiktok.com/@coreconrj>. Ainda buscando democratizar economia e política, estamos divulgando em nosso site, o jornal “Caneta Crítica”, produzido pela Gazetinha da Guanabara, que apresenta conceitos econômicos e políticos através da linguagem visual, tornando a leitura mais atraente ao público leigo. O Corecon-RJ tem se mostrado cada vez mais ativo no Instagram e Facebook, com postagens regulares trazendo matérias do Jornal dos Economistas e também outros assuntos que estão em alta, permitindo que os economistas e o público em geral interaja com o conteúdo do nosso perfil.

6.2 – Resumo dos resultados:

A maior parte das ações previstas no Plano de Trabalho para o exercício de 2024 estão em curso ou em andamento. As ações que não foram realizadas foram postergadas para 2025.

Além dos indicadores específicos de resultados lançados nos itens acima, destacamos: 1) a existência de reservas financeiras suficientes para honrar os compromissos da Autarquia, levando em consideração a despesa mensal média verificada em 2024; 2) a reestruturação da Secretaria de Registro que permitiu potencializar e aprimorar suas respectivas capacidades operacionais, buscando obter saldo positivo entre o número de desligamentos e de novos registros; 3) perseverança na aplicação da Política para Tratamento da Inadimplência, objetivando o recebimento de anuidades de exercícios anteriores; 4) continuidade dos esforços para atualização do cadastro de pessoas físicas e jurídicas; 5) controle das despesas balizado pelo volume da receita arrecadada.

7- Alocação de recursos e áreas especiais de gestão

7.1 - Estratégia para alcançar os principais objetivos da Unidade Prestadora de Contas (UPC) e planos de alocação de recursos para implementar essa estratégia no exercício, assim como principais desafios e ações futuras

O Programa de Trabalho do Conselho Regional de Economia do Estado do Rio de Janeiro é o instrumento utilizado para dar continuidade da execução do planejamento estratégico da Autarquia, destinado a promover a modernização dos instrumentos de gestão da entidade e sua capacitação para o cumprimento de sua missão institucional

primária que é a fiscalização profissional das Pessoas Jurídicas e Físicas que exercem as atribuições privativas e inerentes aos Economistas. Tendo em vista os avanços obtidos durante os últimos exercícios, o Programa de Trabalho propõe como prioridades, a continuidade dos esforços para promover a valorização profissional dos economistas; a ampliação e consolidação da estrutura de fiscalização; a manutenção dos esforços para garantir adequada capacidade financeira, via ingresso de novos registros; a continuidade da realização de eventos, a publicação de livros e cartilhas sobre questões vinculadas a Ciência Econômica; a manutenção da política de tratamento da inadimplência e proteção das reservas; o aprofundamento do processo de aprimoramento da estrutura administrativa; a ampliação dos laços com os demais conselhos regionais de fiscalização da profissão e sindicatos de economistas; o aprofundamento da estratégia de divulgação da imagem institucional do Corecon-RJ, a partir da ampliação de suas interlocuções com a sociedade civil organizada, instituições públicas e privadas, organizações não governamentais, universidades e imprensa.

As ações que compõem o Plano de Trabalho foram definidas, ao longo dos anos, pelos sucessivos presidentes, plenários e chefias de cada Secretaria, ao amparo dos cinco projetos já mencionados: Projeto 1 – Valorização da profissão; Projeto 2 – Intensificação da ação fiscalizadora; Projeto 3 – Aprimoramento da estrutura administrativa; Projeto 4 – Potencialização da capacidade financeira; e Projeto 5 – Fortalecimento da Imagem Institucional.

As principais ações estratégicas do Programa de Trabalho estão agrupadas, atualmente, nos projetos 1, 2 e 5 sendo complementadas pelas contidas nos de nº 3 e 4.

Em relação ao Projeto 1, o trabalho é feito em conjunto com o Conselho Federal e os demais conselhos regionais com o objetivo de atualizar a legislação regulamentadora das atividades profissionais dos economistas; manutenção da oferta de cursos de aperfeiçoamento técnico aos profissionais registrados em situação regular perante o Conselho; manutenção da premiação para os alunos autores das melhores monografias de fim de curso; e a promoção da Gincana Estadual de Economia destinada ao mesmo público. Em relação às ações relacionadas no Projeto 2 a expectativa, decorrente da manutenção é a possível ampliação da estrutura da Secretaria de Fiscalização durante o próximo exercício, é a de aprimorar e ampliar o raio de ação da fiscalização, tendo como foco principal as pessoas jurídicas que atuam no campo da Ciência Econômica. Em relação ao Projeto 3 as principais prioridades são a continuidade do processo de reestruturação da Secretaria de Registros; a complementação do aperfeiçoamento dos mecanismos de controle e gestão, principalmente em relação aos processos de execução fiscal; e a promoção de atividades destinadas à capacitação e atualização dos empregados da Autarquia. Na execução do Projeto 4 continuaremos priorizando o aperfeiçoamento dos mecanismos de cobrança de anuidades e taxas; a execução da Política para Tratamento da Inadimplência, por via administrativa e jurídica; desenvolveremos esforços para elevar a quantidade de registros de pessoas jurídicas e

físicas, e aprofundaremos a política de preservação do valor da reserva financeira. Vinculadas ao Projeto 5 encontram-se o desenvolvimento de relações mais próximas com os demais conselhos regionais de economia; as instituições acadêmicas, buscando elevar a qualidade e quantidade das interações com os estudantes e professores de economia; a ampliação do relacionamento com instituições públicas e privadas, buscando consolidar e amplificar a influência do Corecon-RJ na discussão de temas de interesse público relevantes, tais como, a análise e acompanhamento dos reflexos da crise econômica e política mundial e seus impactos na economia brasileira; a dimensão adequada do papel do Estado Brasileiro na economia; orçamento público; dívida pública; reformas tributária, agrária e política; e os processos de integração regional (MERCOSUL; CAN; Comunidade Sul Americana de Nações; e BRICS); bem como apoiar iniciativas, a exemplo do movimento pela definição de uma estratégia de desenvolvimento de longo prazo para o Brasil. Para potencializar os resultados a serem obtidos com este projeto, o Corecon-RJ também seguirá apoiando e estreitando relações com fóruns, redes e associações sem fins lucrativos, ligados a movimentos sociais que tratam dessas questões, dentre as quais se encontram a Associação de Economistas da América Latina e o Caribe; Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais; Rede Brasileira para Integração dos Povos. Incluem-se ainda nesta área as iniciativas voltadas para o fortalecimento do Centro de Estudos para o Desenvolvimento e sua disseminação por outros estados da federação.

Wellington Leonardo da Silva
Secretário Executivo

7.2 – Gestão orçamentária e financeira:

7.2.1 – Informações sobre a Realização das Receitas:

O total arrecadado no exercício de 2024 foi de R\$ 6.413.567,79. Deste montante, R\$ 4.933.586,47 estão classificados como Receita de Contribuições (Anuidades); R\$ 383.953,04 são referentes à Receita Patrimonial (Rendimentos de títulos públicos); R\$ 85.961,99 são referentes à Receitas de Serviços (Rendas de Emolumentos com Expedição de Certidões e Carteiras); R\$ 153.076,79 são relativas à receitas financeiras (juros de mora sobre anuidades e atualização monetária); R\$ 647.479,88 são relativas à receita de Dívida Ativa; R\$ 26.346,67 são relativas às multas por exercício ilegal da atividade; e R\$ 183.162,95 são relativas à Receitas Diversas (Receitas de Cursos). Comparando com o exercício anterior, a receita diminuiu 4,53%.

Tabela 4: Comparativo de Receitas 2023-2024

Balancete janeiro a dezembro	2023	2024	Variação%
Receitas Correntes	R\$ 6.717.544,13	R\$ 6.413.567,79	-4,53

Receita de Contribuições	R\$ 5.000.401,21	R\$ 4.933.586,47	-1,34
Receita Patrimonial	R\$ 424.671,92	R\$ 383.953,04	-9,59
Receita de Serviços	R\$ 92.162,62	R\$ 85.961,99	-6,73
Financeiras	R\$ 214.258,30	R\$ 153.076,79	-28,56
Receita de Dívida Ativa	R\$ 914.715,95	R\$ 647.479,88	-29,22
' Multa Exercício Ilegal	R\$ 20.340,13	R\$ 26.346,67	29,53
Receitas Diversas	R\$ 50.994,00	R\$ 183.162,95	259,19
Receita de Capital	0	0	0,00
Total de Receitas	R\$ 6.717.544,13	R\$ 6.413.567,79	-4,53

7.2.2 – Informações sobre a Execução das Despesas:

O total de despesas do exercício de 2024 foi de R\$ 6.517.502,55, sendo que as Despesas de Pessoal (Salários e Vantagens, Diárias e Obrigações Patronais) somaram R\$ 3.103.655,12; as Despesas com Benefícios Assistenciais (Auxílio Creche e Auxílio Funeral) somaram R\$ 29.607,21; as Despesas de Material de Consumo (Artigos de Expediente e Outros) somaram R\$ 30.799,82; as Despesas com Serviços de Pessoa Física (Serviço Prestado de Pessoa Física, Bolsa/Estágio e Diárias) somaram R\$ 360.935,40; as Despesas com Pessoas Jurídicas (Despesas Bancárias, Serviços de Comunicação em Geral, Assessoria Jurídica, Assessoria de Informática, etc...) somaram R\$ 1.775.021,54; as Transferências Correntes (Cota-Parte do Cofecon e Pasep) somaram R\$ 1.099.821,45; as despesas com o Programa Nacional de Recebimento de Créditos (Recred) somaram R\$ 103.154,08 e as Despesas de Capital (Obras e Instalações, Mobiliário, etc...) somaram R\$ 14.507,93. Comparando com o exercício anterior, a despesa diminuiu 5,93%. É importante destacar que a diminuição significativa das despesas foi ocasionada pelo pagamento de uma parcela da indenização trabalhista no valor de R\$618.577,78 ao ex-empregado Walter Tauil em 26 de abril de 2023, conforme Processo nº 0769413-95.1900.4.02.5101/RJ.

Tabela 5: Comparativo de Despesas 2023-2024

Balancete janeiro a dezembro	2023	2024	Variação%
Despesas Correntes	R\$ 6.897.067,81	R\$ 6.502.994,62	-5,71
Despesas de Pessoal	R\$ 3.555.379,86	R\$ 3.103.655,12	-12,71
Benefícios Assistenciais	R\$ 25.347,31	R\$ 29.607,21	16,81
Material de Consumo	R\$ 59.043,91	R\$ 30.799,82	-47,84
Serviços de Terceiros de PF	R\$ 311.887,05	R\$ 360.935,40	15,73
Serviços de Terceiros de PJ	R\$ 1.721.399,41	R\$ 1.775.021,54	3,12
Transferências Correntes	R\$ 1.224.010,27	R\$ 1.099.821,45	-10,15
Programa Nacional de Receb. de Cred.	R\$ 0,00	R\$ 103.154,08	#DIV/0!
Despesas de Capital	R\$ 31.185,06	R\$ 14.507,93	-53,48
Total de Despesas	R\$ 6.928.252,87	R\$ 6.517.502,55	-5,93

7.2.3 – Resultados da área-fim

7.2.3.1 – Quantidade de fiscalizações, denúncias, autos de infração e notificações feitas pela Secretaria de Fiscalização em 2024:

Tabela 6: Resultados da área fim

Secretaria de Fiscalização - 2024	Quantidade PF	Quantidade PJ
Total de fiscalizações realizadas	43	62
Total de denúncias recebidas e analisadas	0	0
Total de profissionais/empresas fiscalizados	43	62
Total de autos de infração	72	65
Total de notificações	78	98

7.2.3.2 - Número de processos instaurados e julgados: 105 processos instaurados no ano de 2024, sendo 40 processos desses já julgados e encerrados

7.2.3.3 - Número de processos instaurados que não tiveram êxito em sua execução, com as respectivas causas identificadas: Nenhum. Todos os processos instaurados tiveram êxito em sua execução.

7.2.3.4 - Informações sobre a gestão das atividades relacionadas à arrecadação das multas aplicadas, bem quanto à cobrança de inadimplentes: Foram aplicadas 63 multas no total durante o ano de 2024. Foram 33 multas para pessoas físicas e 30 multas para pessoas jurídicas. Para o caso de pessoa física, 03 fiscalizados pagaram as multas aplicadas nesse ano, mas, no caso de pessoas jurídicas, todos os pagamentos de multas ocorridas em 2024 foram de débitos de anos anteriores, que foram obtidas através de envio de Comunicação Amigável ou através de processo de execução fiscal. A Secretaria de Fiscalização arrecadou R\$ 54.031,66, sendo R\$ 38.758,81 provenientes de multas de pessoa física e R\$ 15.272,85 de multas de pessoa jurídica.

7.2.3.5 - Número de processos referentes ao exercício ilegal da profissão encaminhados ao Ministério Público: Nenhum referente ao ano de 2024. Existe 1 (um) processo instaurado contra uma empresa em 2022, por contratar para o cargo de Analista Macroeconômico profissionais com formação acadêmica distinta da economia, que permanece sem nenhum retorno, apesar da cobrança da Secretaria de Fiscalização. Cumpre-nos informar que, de acordo com nossa Assessoria Jurídica, não existe falar em Exercício Ilegal da profissão de Economista, uma vez que o artigo 282 do Código Penal prevê apenas as profissões de médico, dentista ou farmacêutico como passíveis de desempenho ilegal. No caso dos economistas, somente poderia ser encarado como contravenção penal, conforme determina o artigo 47 da Lei 3.688/41 (Lei das Contravenções penais).

7.3 – Gestão de Pessoas

7.3.1 – Conformidade Legal

Conforme determinação do TCU, o Corecon-RJ adota a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT como regime de trabalho e realiza concursos públicos para a contratação de pessoal. O último concurso público realizado em 2010 foi suspenso por ação judicial em virtude do edital prever a adoção da CLT como regime de contratação de empregados.

7.3.2 – Estrutura de Pessoal da Unidade

a) Demonstração da Força de Trabalho:

Em 31 de dezembro de 2024, o Corecon-RJ possuía 22 empregados, conforme quadro funcional abaixo:

Tabela 7: Demonstração da Força de Trabalho

NOME	DATA DA ADMISSÃO	FORMA DE INGRESSO	CARGO	ESCOLARIDADE
ALISSON SOUZA CUNHA	20/04/1998	CLT	AUX. DE SERV. GERAIS I-SERV.INTERNO/EXTERNO	Nível Médio Completo
ANDREY SALLES PACHECO	11/03/2024	CLT	APRENDIZ EM QUALIDADE EM SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	Nível Médio Completo
MARCIA CRISTINA AYRES DOS SANTOS	01/09/1998	CLT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO III/ CONTROLE DE PROCESSOS	Nível Médio Completo
MARIA HELENA CONCEIÇÃO DA SILVA	09/04/2001	CLT	AUX. DE SERV. GERAIS I/LIMPEZA	Nível Fundamental Completo
PAULA VANESSA BASTOS CARVALHO DE ARAÚJO	21/02/2006	CONCURSO PÚBLICO - CLT	SECRETÁRIA DA PRESIDÊNCIA E EXECUTIVA I	Superior Completo
RAQUEL DE LIMA DA CUNHA E SOUZA	11/03/2019	CARGO EM COMISSÃO	ASSESSORA ESPECIAL DA SECRETARIA EXEC. E PRESIDÊNCIA	Superior Completo

WELLINGTON LEONARDO DA SILVA	15/06/1998	CLT	SECRETÁRIO EXECUTIVO	Superior Completo
NOME	DATA DA ADMISSÃO	FORMA DE INGRESSO	CARGO	ESCOLARIDADE
CLÁUDIO SILVA DE ANDRADE	02/04/2007	CONCURSO PÚBLICO - CLT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO II/REGISTRO	Superior Completo
ELISIENE GOMES DA SILVA E SILVA	25/03/2013	CONCURSO PÚBLICO - CLT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO IV/REGISTRO	Superior Completo
JOSIVALDO DE LIRA	19/08/2008	CONCURSO PÚBLICO - CLT	SECRETÁRIO I / REGISTRO	Superior Completo
KARINA APARECIDA COSTA DE BARROS	01/09/1998	CLT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO III/REGISTRO	Nível Médio Completo
LUIZ AUGUSTO DE SOUZA BARROS	07/04/1995	CLT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO II/REGISTRO	Nível Médio Completo
SAMUEL MOREIRA GOMES	05/02/1986	CLT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO IV/REGISTRO	Nível Médio Completo
THIAGO VAZ BARBOSA	21/01/2009	CONCURSO PÚBLICO - CLT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO I/REGISTRO	Nível Superior Completo
NOME	DATA DA ADMISSÃO	FORMA DE INGRESSO	CARGO	ESCOLARIDADE
ALBERTO BARROSO NETO	27/02/2018	CARGO EM COMISSÃO	ASSESSOR DE FISCALIZAÇÃO	Superior Completo
CÁSSIA GAMARO SALEIRO	30/06/2017	CARGO EM COMISSÃO	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO I/ FISCALIZAÇÃO	Nível Médio Completo

MONICA ASSUNÇÃO SILVA	22/01/2013	CONCURSO PÚBLICO - CLT	SECRETÁRIA I/FISCALIZAÇÃO	Superior Completo
NOME	DATA DA ADMISSÃO	FORMA DE INGRESSO	CARGO	ESCOLARIDADE
CLÁUDIA OLIVEIRA COLARES VALENTIM	22/01/2013	CONCURSO PÚBLICO - CLT	COORDENADORA DE CURSOS I/CURSOS	Superior Completo
NOME	DATA DA ADMISSÃO	FORMA DE INGRESSO	CARGO	ESCOLARIDADE
DOMINGOS DA SILVA MATOS	02/02/1987	CLT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO IV/CONTAS A PAGAR	Nível Médio Completo
ELZA MARIA PARANHOS DE ANDRADES	21/07/1986	CLT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO IV/REC. HUMANOS	Nível Médio Completo
GUILHERME TINOCO OLIVEIRA DOS ANJOS	21/09/2005	CONCURSO PÚBLICO - CLT	SECRETÁRIO I/ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	Superior Completo
VITOR DE OLIVEIRA XAVIER	02/06/2014	CONCURSO PÚBLICO - CLT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO I/ COMPRAS	Nível Superior Completo

Considerando a tipologia dos cargos ocupados, o Corecon-RJ conta, ao final de 2024, com vinte e dois efetivos Além do quadro funcional próprio, o Corecon-RJ conta, dentro de suas dependências, com dois técnicos de informática terceirizados.

b) Processo de Ingresso de Empregados:

Não foram feitas contratações feitas em 2024 por meio de concurso público, cujo prazo foi encerrado em 2016. Houve apenas contratação de terceirizados para cobertura de férias ou auxílio-doença

c) Qualificação da Força de Trabalho:

Tabela 8: Qualificação da Força de Trabalho

Tipologias do cargo	Quantidade de Empregados por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	de 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
Empregados Efetivos	1	6	5	6	4

Tabela 9: Quantidade de Empregados por Nível de Escolaridade

Tipologias do cargo	Quantidade de Empregados por Nível de Escolaridade					
	Analfabeto	Alfabetizado sem cursos regulares	Primeiro grau incompleto	Primeiro grau	Segundo grau ou técnico	Superior
Empregados Efetivos	0	0	0	0	9	13

d) Terceirização da Mão de Obra:

Em relação aos contratos terceirizados, o Corecon-RJ possui contrato com assessoria de informática através de processo licitatório. Os dados do contrato são representados na tabela abaixo:

Tabela 10 Terceirização de mão de obra

Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados			Situação
					Início	Fim	F	M	S	
2024	3- Informática	Ordinária	Manutenção de equipamentos de informática e administração de redes locais	SPECTRANET CONSULTORIA LTDA - CNPJ: 04.023.393/0001-00	2019	-	0	1	1	Ativo

7.3.3 – Demonstrativo das Despesas com Pessoal:

Tabela 11: Despesas com Pessoal

Despesas com Pessoal		
Vencimentos	2023	2024
Salários	R\$ 1.833.575,72	R\$ 1.935.428,92
Férias e 13º Salário	R\$ 219.627,83	R\$ 212.444,48
Indenizações	R\$ 619.319,74	R\$ 30.937,94

Assistência Médica e Odontológica	R\$ 345.387,61	R\$ 391.977,09
Vale Refeição/Alimentação	R\$ 235.630,68	R\$ 226.557,30
INSS	R\$ 415.346,95	R\$ 453.825,79
FGTS	R\$ 165.631,92	R\$ 170.672,35
Demais Despesas (Auxílio Creche, Auxílio Funeral e Reajuste por mérito)	R\$ 39.396,91	R\$ 43.656,81
Total	R\$ 3.873.917,36	R\$ 3.465.500,68

Em linhas gerais as despesas com pessoal se mantiveram dentro da normalidade, com exceção da rubrica Indenizações, em virtude da decisão judicial desfavorável referente ao Processo nº 0769413-95.1900.4.02.5101/RJ em 2023.

7.4- Gestão de licitação e contratos:

O Corecon-RJ adota a Lei nº 14.133/21 para contratação de bens e serviços. Na tabela abaixo, consta o resumo dos contratos em vigor.

Tabela 12: Contratos terceirizados

NOME	SERVIÇO PRESTADO	VALOR MENSAL
OI EMPRESAS	Provedor de internet - Oi Fibra 400MB	R\$ 155,43
CVAS REFRIGERAÇÃO LTDA	Manutenção de Ar-Condicionado	R\$ 1.460,00
MCP - ADVOGADOS E CONTULTORES	Assessoria Jurídica	R\$ 13.215,67
GOOGLE	Assinatura do pacote Google Workspace Business Standard (reuniões e aulas virtuais)	R\$ 336,00
CDL-RIO (*)	Assinatura de site para localização e alteração de dados cadastrais de pessoas físicas e jurídicas registradas no Corecon-RJ.	R\$ 624,90
IMAGINANDO COMUNICAÇÃO PLANEJADA LTDA	Serviços de comunicação visual: postagem em redes sociais	R\$ 2.411,12
CLARO S.A./EMBRATEL	Serviço de telefonia fixa	R\$ 1.400,00
SANTA CASA CARD	Auxílio Funeral	R\$ 259,24
DIGIRATI INFORMÁTICA SERVIÇOS TELECOMUNICAÇÕES	Hospedagem do site e contas de email; envio de email marketing	R\$ 414,07
ASSOCIAÇÃO DE ENSINO SOCIAL PROFISSIONALIZANTE	Curso de aprendizagem e taxa de administração para contratação de estagiário e aprendiz	R\$ 246,95
KAIKE COMÉRCIO E SERVIÇOS	Aluguel de Copiadora	R\$ 448,00
CANVA	Assinatura de software para edição de imagens	R\$ 34,90
SODEXHO PASS (*)	Fornecimento de Vale Alimentação e Refeição	R\$ 18.805,57

ASSIM SAÚDE (*)	Plano de Saúde para empregados e dependentes	R\$ 33.133,73
ALTERDATA TECNOLOGIA EM INFORMAÇÃO	Manutenção do software da folha de pagamento	R\$ 709,06
SPECTRANET CONSULTORIA LTDA	Assessoria de Informática	R\$ 10.687,10
WEBTRIP AGÊNCIA DE VIAGENS	Compra de passagens aéreas	variável
DIAGRAMA COMUNICAÇÕES LTDA	Edição e Diagramação do JE	R\$ 7.500,00
MANAGER AUD. CONS. E CONTABILIDADE	Assessoria de Contabilidade	R\$ 7.278,61
ASSIM SAÚDE (*)	Plano odontológico para os empregados e seus dependentes	R\$ 722,00
HUMBERTO JANSEN MACHADO	Assessoria Jurídica referente ao Processo movido pelo ex-empregado Walter Tauil	R\$ 7.060,00

(*) Valores podem variar de acordo com a quantidade

7.5 -Gestão patrimonial e infraestrutura

O Conselho tem registrado em seu patrimônio o 16º e 19º andares do edifício localizado na Avenida Rio Branco, No 109, Centro, Rio de Janeiro. No 16º andar está localizada a Secretaria de Cursos, o arquivo de processos de pessoas físicas e jurídicas e a sala de Plenária. No 19º andar, estão instalados a Secretaria de Registro, a Secretaria Executiva, a Fiscalização, a Secretaria de Administração e Finanças e o Auditório.

O controle de bens patrimoniais é feito pela Secretaria de Administração e Finanças, que é responsável pela checagem anual dos itens que compõem o patrimônio do Corecon-RJ. A relação de bens está publicada no site ([Bens Patrimoniais \(corecon-rj.org.br\)](http://Bens_Patrimoniais_(corecon-rj.org.br))) Existe ainda uma Comissão de Alienação de Bens que é responsável por eventuais descartes de bens inservíveis.

7.6 - Gestão da tecnologia da informação:

Atualmente, existem 41 microcomputadores (sendo 04 servidores) e 14 impressoras em funcionamento nas dependências do Corecon-RJ. Os principais sistemas de informação que o Corecon-RJ utiliza são:

- BR Conselhos: Desenvolvido pela empresa BRC SOLUCOES EM GESTAO E TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA – CNPJ nº 23.706.503/0001-82. Este sistema é responsável pelo controle de cadastro, emissão e recebimentos de anuidades

do Corecon-RJ. Foi contratado pelo Conselho Federal de Economia, que disponibiliza sem ônus para os Corecon's.

- Siscac: Desenvolvido pela empresa Studios Tecnologia da Informação LTDA – CNPJ nº 08.545.231/0001-92. Este sistema é responsável pelo controle contábil e orçamentário do Corecon-RJ, adaptados ao novo PCASP. Foi contratado pelo Conselho Federal de Economia, que disponibiliza sem ônus para os Corecon's. Atualmente, é utilizado pela Assessoria Contábil do Corecon-RJ – Manager Auditoria Consultoria & Contabilidade Ltda.

- Folha de Pagamento: Desenvolvido pela empresa Alterdata Tecnologia em Informática LTDA – CNPJ nº 36.462.778/0012-12. Este sistema é responsável pela emissão da folha de pagamento.

- Poseidon: Desenvolvido pela empresa Sesin Brasil Prestação De Serviços De Tecnologia Da Informação LTDA - CNPJ Nº 14.634.282/0001-93. Trata-se de um sistema de Gestão Eletrônica de Documentos – GED, para visualização de documentos que já foram digitalizados. Em 2015, o sistema foi customizado às necessidades do Corecon-RJ e implantado.

7.7- Gestão de custos

Por falta de previsão legal, o Corecon-RJ não faz parte do Sistema de Custos do Governo Federal (Portaria STN 157, de 9 de março de 2011).

7.8- Sustentabilidade ambiental

O Corecon-RJ possui projeto sociais de amplo amparo às instituições públicas, universidade e eventos que se relacionam com a temática profissional do economista. Possuindo, como isso, ações específicas voltadas para a sustentabilidade social. Entretanto, existem outras ações socioambientais de conscientização dos empregados, no sentido de diminuir os resíduos sólidos e líquidos, na medida do possível, através da diminuição do consumo de papel e de tinta de impressoras, assim como outros bens de consumo que possam causar impactos ambientais diversos.

7.9– Transferência de Recursos

Na tabela abaixo, consta o resumo dos apoios institucionais concedidos em 2024.

Tabela 13: Transferência de recursos

Descrição	Valor concedido
Apoio Institucional - 5th International Workshop on Demand-Led Growth: Capital Flows and External	R\$ 12.500,00

Constraints" Centro Celso Furtado & IE/UFRJ	
Apoio Institucional - XXXII ENCONTRO DE ENTIDADES DO NORDESTE	R\$ 2.000,00
Apoio Institucional - XVII ENCONTRO DA AKB	R\$ 25.000,00
Apoio Institucional - XXIX CONGRSSO DA ANGE	R\$ 8.050,00
Apoio Institucional - XLVII ENECO	R\$ 14.623,33
Apoio Institucional - XII Semana de Economia do Curso de Ciências Econômicas de Campos	R\$ 1.320,00
Apoio Institucional - III Semana de Economia da UFF	R\$ 1.446,23
Total 2024	R\$ 62.173,33

8- Demonstrações contábeis

Tabela 14: Balanço financeiro

Balanço Financeiro			
Ano do Exercício: 2024		Período: 01/01/2024 até 31/12/2024	
Ingressos Títulos	Valor	Despêndios Títulos	Valor
RECEITA ORÇAMENTARIA	6.413.567,79	DESPESA ORÇAMENTARIA	6.517.502,55
RECEITAS CORRENTES REALIZADA	6.413.567,79	DESPESAS CORRENTES LIQUIDADAS	6.502.994,62
RECEITAS DE CAPITAL REALIZADAS	0,00	DESPESAS DE CAPITAL LIQUIDADAS	14.507,93
RECEITA EXTRA-ORÇAMENTARIA	14.567.967,06	DESPESA EXTRA-ORÇAMENTARIA	14.971.040,38
RESPONSÁVEL POR SUPRIMENTO	7.200,00	RESPONSÁVEL POR SUPRIMENTO	6.000,00
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL E A TERCEIROS	7.069.128,82	ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL E A TERCEIROS	7.136.918,12
TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR	4.720,18	TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR	0,00
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	9.645,27	DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	17.975,75
PESSOAL A PAGAR	2.084.544,63	PESSOAL A PAGAR	2.084.544,63
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	676.529,10	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	707.627,61
OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO	3.471.832,88	OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO	3.425.649,71
VALORES EM TRÂNSITO	5.163,37	VALORES EM TRÂNSITO	168.792,68
OUTRAS OBRIGAÇÕES	1.078.286,13	OUTRAS OBRIGAÇÕES	1.075.797,09
RECEITAS ANTECIPADAS	124.690,11	RECEITAS ANTECIPADAS	80.917,77
DESCONTOS CONCEDIDOS	32.859,50	DESCONTOS CONCEDIDOS	261.296,84
CANCELAMENTO DE CRÉDITOS	0,00	CANCELAMENTO DE CRÉDITOS	5.520,18
DESCONTOS OBTIDOS	85,29	DESCONTOS OBTIDOS	0,00
AJUSTE PROVISÃO	3.281,78	AJUSTE PROVISÃO	0,00
DISPONÍVEL DO EXERCÍCIO ANTERIOR	3.297.550,13	DISPONÍVEL PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	2.790.542,05
TOTAL GERAL	24.279.084,98	TOTAL GERAL	24.279.084,98

Tabela 15: Demonstrativo das Variações Patrimoniais

Demonstração de Variações Patrimoniais				Período: 01/01/2024 até 31/12/2024			
Ano do Exercício: 2024							
Número Conta	Descrição	Valor Atual	Valor Anterior	Número Conta	Descrição	Valor Atual	Valor Anterior
4	VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	7.298.535,74	5.535.594,14	3	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	11.179.965,16	7.207.281,83
4.1	CONTRIBUIÇÕES	6.489.013,90	4.753.161,56	3.1	PESSOAL E ENCARGOS	3.143.502,66	3.531.297,42
4.1.1	CONTRIBUIÇÕES	6.489.013,90	4.753.161,56	3.1.1	PESSOAL E ENCARGOS	3.143.502,66	3.531.297,42
4.1.1.1	CONTRIBUIÇÕES	6.489.013,90	4.753.161,56	3.1.1.1	PESSOAL E ENCARGOS	3.143.502,66	3.531.297,42
4.2	EXPLORAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	269.124,94	143.156,62	3.2	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	29.607,21	25.347,31
4.2.1	EXPLORAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	269.124,94	143.156,62	3.2.1	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	29.607,21	25.347,31
4.2.1.1	EXPLORAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	269.124,94	143.156,62	3.2.1.1	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	29.607,21	25.347,31
4.3	FINANCEIRAS	537.115,12	639.275,96	3.3	USO DE BENS E SERVIÇOS	2.083.981,65	2.025.108,27
4.3.1	FINANCEIRAS	537.115,12	639.275,96	3.3.1	USO DE BENS E SERVIÇOS	2.083.981,65	2.025.108,27
4.3.1.1	FINANCEIRAS	537.115,12	639.275,96	3.3.1.1	USO DE BENS E SERVIÇOS	2.083.981,65	2.025.108,27
4.4	TRANSFERÊNCIAS	0,00	0,00	3.4	FINANCEIRAS	283.764,28	401.744,56
4.4.1	TRANSFERÊNCIAS	0,00	0,00	3.4.1	FINANCEIRAS	283.764,28	401.744,56
4.4.1.1	TRANSFERÊNCIAS	0,00	0,00	3.4.1.1	FINANCEIRAS	283.764,28	401.744,56
4.5	VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS	0,00	0,00	3.5	TRANSFERÊNCIAS	0,00	0,00
4.5.1	VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS	0,00	0,00	3.5.1	TRANSFERÊNCIAS	0,00	0,00
4.5.1.1	VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS	0,00	0,00	3.5.1.1	TRANSFERÊNCIAS	0,00	0,00
				3.6	TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1.099.821,45	1.224.010,27
				3.6.1	TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1.099.821,45	1.224.010,27
				3.6.1.1	TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1.099.821,45	1.224.010,27
				3.7	DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS	0,00	0,00
				3.7.1	DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS	0,00	0,00
				3.7.1.1	DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS	0,00	0,00
4.9	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	3.281,78	0,00	3.9	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	4.539.287,91	-226,00
4.9.1	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	3.281,78	0,00	3.9.1	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	4.539.287,91	-226,00
4.9.1.1	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	3.281,78	0,00	3.9.1.1	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	4.539.287,91	-226,00
	DEFICIT	-3.881.429,42	-1.671.687,69				
	TOTAL:	11.179.965,16	7.207.281,83				
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS							
INCORPORAÇÃO DE ATIVOS				DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS			
Descrição	Valor Atual	Valor Anterior		Descrição	Valor Atual	Valor Anterior	
INVESTIMENTOS	14.507,93	31.185,06		ALIENAÇÕES DE BENS	0,00	0,00	
OBRAS, INSTALAÇÕES	14.507,93	31.185,06		ALIENAÇÕES DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	
CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00		ALIENAÇÕES DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	
AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	0,00	0,00		AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS	0,00	0,00	
INTANGÍVEL	0,00	0,00		AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS	0,00	0,00	
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00					
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00					
INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS				DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS			
Descrição	Valor Atual	Valor Anterior		Descrição	Valor Atual	Valor Anterior	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00		AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00		AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	

Tabela 16: Balanço Patrimonial

Balanço Patrimonial			
Ano do Exercício: 2024		Período: 01/01/2024 até 31/12/2024	
Número Conta	Descrição	Valor Atual	
1	ATIVO	34.547.529,77	
1.1	ATIVO CIRCULANTE	3.819.642,00	
1.1.1	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2.790.542,05	
1.1.1.1	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2.790.542,05	
1.1.2	CRÉDITOS DE CURTO PRAZO	701.452,04	
1.1.2.1	CRÉDITOS A RECEBER	701.452,04	
1.1.3	DEMAIS CRÉDITOS E VALORES DE CURTO PRAZO	271.613,78	
1.1.3.1	ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL E A TERCEIROS	116.244,67	
1.1.3.2	TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR	0,00	
1.1.3.5	DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS	155.367,11	
1.1.4	ESTOQUES	56.036,14	
1.1.4.1	ALMOXARIFADO	56.036,14	
1.2	ATIVO NÃO-CIRCULANTE	30.727.887,76	
1.2.1	ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	29.056.626,24	
1.2.1.1	CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	29.056.626,24	
1.2.2	INVESTIMENTOS, IMOBILIZADO E INTANGÍVEL	1.671.261,52	
1.2.2.2	IMOBILIZADO	1.670.143,88	
1.2.2.3	INTANGÍVEL	1.117,64	
2	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	34.547.529,77	
2.1	PASSIVO CIRCULANTE	469.541,10	
2.1.1	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS A PAGAR	19.255,12	
2.1.1.2	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	19.255,12	
2.1.2	OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO	96.256,45	
2.1.2.1	OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO	96.256,45	
2.1.3	DEMAIS OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO	6.237,92	
2.1.3.3	VALORES EM TRÂNSITO	0,00	
2.1.3.4	OUTRAS OBRIGAÇÕES	6.237,92	
2.1.4	PROVISÕES DE CURTO PRAZO	223.101,50	
2.1.4.1	PROVISÕES TRABALHISTAS	223.101,50	
2.1.9	RECEITAS ANTECIPADAS	124.690,11	
2.1.9.1	RECEITAS ANTECIPADAS	124.690,11	
2.3	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	34.077.988,67	
2.3.1	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	34.077.988,67	
2.3.1.1	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	34.077.988,67	

Especificação	Valor Atual	Especificação	Valor Atual
ATIVO FINANCEIRO	3.062.153,83	PASSIVO FINANCEIRO	246.439,60
ATIVO PERMANENTE	31.485.375,94	PASSIVO PERMANENTE	223.101,50
SALDO PATRIMONIAL			34.077.988,67

Compensações			
Saldo dos Atos Potenciais Ativos		Saldo dos Atos Potenciais Passivos	
Especificação	Valor Atual	Especificação	Valor Atual
CONTROLES CREDORES	1.200,00	CONTROLES CREDORES	1.200,00
EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS	1.200,00	EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS	1.200,00
ATOS POTENCIAIS ATIVOS	1.200,00		
ATOS POTENCIAIS ATIVOS A EXECUTAR	1.200,00		
EXECUÇÃO DE RESPONSABILIDADES DE TERCEIROS POR VALORES, TÍTULOS E BENS	1.200,00		

Quadro do Superávit/Déficit Financeiro	
	Valor Atual
Superávit Financeiro	2.815.714,23

Tabela 17: Balanço Orçamentário

Balanço Orçamentário						
Ano do Exercício: 2024			Período: 01/01/2024 até 31/12/2024			
Número Conta	Descrição	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receita Realizada	Saldo	
6.2.1	RECEITAS CORRENTES PREVISTAS	7.044.000,00	7.044.000,00	6.413.567,79	630.432,21	
6.2.1.1	CONTRIBUIÇÕES	5.115.000,00	5.115.000,00	4.933.586,47	181.413,53	
6.2.1.2	EXPLORAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	571.000,00	571.000,00	469.915,03	101.084,97	
6.2.1.3	FINANCEIRAS	245.000,00	245.000,00	153.076,79	91.923,21	
6.2.1.4	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	980.000,00	980.000,00	647.479,88	332.520,12	
6.2.1.5	TRANSFERENCIAS CORRENTES	6.000,00	6.000,00	0,00	6.000,00	
6.2.1.9	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	127.000,00	127.000,00	209.509,62	-82.509,62	
6.2.2	RECEITAS DE CAPITAL PREVISTAS	1.402.000,00	1.402.000,00	0,00	1.402.000,00	
6.2.2.2	ALIENAÇÕES DE BENS	2.000,00	2.000,00	0,00	2.000,00	
6.2.2.9	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	1.400.000,00	1.400.000,00	0,00	1.400.000,00	
	TOTAL DAS RECEITAS:	8.446.000,00	8.446.000,00	6.413.567,79	2.032.432,21	
	DÉFICIT			49.047,90		
	TOTAL GERAL:			6.462.615,69		
Número Conta	Descrição	Dotação Inicial	Dotação Atual	Empenhada	Liquidada	Crédito Disponível
6.3.1	DESPESAS CORRENTES	8.356.000,00	8.356.000,00	6.448.107,76	6.502.994,62	1.907.892,24
6.3.1.1	PESSOAL E ENCARGOS	4.563.000,00	4.398.100,00	3.033.853,71	3.103.655,12	1.364.246,29
6.3.1.2	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	38.000,00	40.400,00	29.607,21	29.607,21	10.792,79
6.3.1.3	USO DE BENS E SERVIÇOS	2.417.000,00	2.459.500,00	2.181.671,31	2.166.756,76	277.828,69
6.3.1.6	TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1.338.000,00	1.338.000,00	1.099.821,45	1.099.821,45	238.178,55
6.3.1.9	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	120.000,00	103.154,08	103.154,08	16.845,92
6.3.2	DESPESAS DE CAPITAL CRÉDITO DISPONÍVEL	90.000,00	90.000,00	14.507,93	14.507,93	75.492,07
6.3.2.1	INVESTIMENTOS	90.000,00	90.000,00	14.507,93	14.507,93	75.492,07
	TOTAL DAS DESPESAS:	8.446.000,00	8.446.000,00	6.462.615,69	6.517.502,55	1.983.384,31
	TOTAL GERAL:			6.462.615,69		

9- Outras informações relevantes

9.1 - Como a UPC determina os temas a serem incluídos no relatório integrado e como estes temas são quantificados ou avaliados

Todos os temas abordados na Prestação de Contas fazem parte do Programa de Trabalho, definido no ano anterior. Ao final do exercício, todas as secretarias e setores quem compõem o Corecon-RJ elaboram seus respectivos relatórios de ações desenvolvidas, baseadas no Programa de Trabalho, contendo tanto informações quantitativas como qualitativas. Esses relatórios são compilados num único documento – no Relatório de Gestão. O monitoramento das ações é feito de forma contínua, através do acompanhamento e do cumprimento das atividades previstas no Programa de Trabalho.

9.2- Resumo do processo para determinar a materialidade das informações e descrição dos limites do relato e de como o limite foi determinado

Não foi realizado um processo específico para determinar a materialidade das informações e descrição dos limites do relato e de como o limite foi determinado. Conforme mencionado no item anterior (9.1), as informações geradas pelas Secretarias e setores do Corecon-RJ são reunidas num único Relatório de Gestão, que engloba todas as informações quantitativas e qualitativas do exercício.



9.3- Tratamento de determinações e recomendações do TCU

Não houve recomendações específicas por parte do TCU.



Anexos e apêndices

Anexo I - Declaração de integridade do relato integrado pelo responsável pela governança conforme estabelece a Estrutura Internacional para Relato Integrado

DECLARAÇÃO

Declaramos junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações estão alinhadas com a estrutura conceitual exigida pela Decisão Normativa TCU 198/2022 e foram distribuídas de forma a deixar o relatório conciso, claro e objetivo, assegurando sua integridade e credibilidade. Apesar de nem todos os itens previstos na respectiva DN serem aplicáveis a realidade e estrutura administrativa do Corecon-RJ, o relatório foi construído de forma atender aos princípios da publicidade e transparência, facilitando a leitura tanto pelos órgãos de controle, quanto pelos demais entes da sociedade.

Antonio dos Santos Magalhães
Presidente

Guilherme Tinoco O dos Anjos
Secretário de Adm e Finanças